

Mátria

A emancipação da mulher

LUTA SOCIAL

Marcadas
para morrer

PÁG. 7

SEXUALIDADE

Rompendo
barreiras na escola

PÁG. 20

VIDA MODERNA

A nova cara
da família

PÁG. 36

*Simone
de Beauvoir*

Suas lutas feministas
continuam atuais

ISSN 1980-8984



Ano 7
Vol. 1 N° 7
Edição 2009


ENCARTE TEÓRICO
O que é ser mulher?

PÁG. 30



Capa: Simone de Beauvoir em 1949
Foto: Elliot Erwitt / Magnum Photos

EDITORIAL


- 1**  A presença feminina, avanços e desafios

Diretoria Executiva da CNTE


ARTIGOS

- 5**  O silêncio perverso da violência


Por: Samantha Buglione

- 10**  As mulheres nos movimentos sociais


Por: Claudia Prates

- 18**  A invisibilidade da questão de gênero entre nós

Por: Lúcia Rincon

- 24**  Sexualidade: qual o papel da escola?


Por: Letícia Érica Gonçalves Ribeiro

- 30**  O que é ser mulher?

Por: Milton B. de Almeida Filho

- 39**  A transitoriedade do amor

Por: Jô Moraes

- 43**  Eleições 2008
Mais mulheres no poder

Por: Raquel Felau Guisoni

Mátria : a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – a. 7, 2009 – Brasília : CNTE, 2003- 60 p. : il. ; color.

Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Esta edição foi fechada em Brasília no dia 11 de fevereiro de 2009. Confira também a versão eletrônica no site:

www.cnte.org.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

REPORTAGENS


- 2**  VIOLÊNCIA O Brasil e suas Eloás

- 7**  LUTA SOCIAL As Marias da terra

- 12**  ENTREVISTA Clara Charf
Guerreira da Paz

- 14**  FORMAÇÃO A qualidade vem da formação

- 20**  SEXUALIDADE Rompendo barreiras

- 26**  SIMONE DE BEAUVOIR “Não se nasce mulher: torna-se mulher”


- 36**  NOVAS FAMÍLIAS Os meus, os seus, os nossos:
o novo desafio da família

- 41**  MULHERES NA POLÍTICA Espaço cresceu, mas domínio
ainda é dos homens

- 45**  POLÍTICAS PÚBLICAS A passos lentos

- 47**  MULHERES NO ESPORTE Recordistas da vida

- 50**  CRISE INTERNACIONAL Essa crise não é de TPM

- 53**  HOMENAGEM Ela subiu nas tamancas e o mundo se curvou

- 52**  GIRO PELO MUNDO

- 54**  INTERAGINDO

A presença feminina, avanços e desafios

O destaque da edição é a escritora Simone de Beauvoir, que continua a grande referência na longa jornada pela igualdade entre mulheres e homens. Com seu exemplo de vida, rompeu preconceitos e demonstrou a relevância dos intelectuais, mulheres e homens, para a luta teórica feminista.

Aproveitamos sua história para abordar o amor, o casamento, a família, a transitoriedade dos sentimentos, que desafia as relações e impõe modelos em que o antigo núcleo familiar está em xeque. A participação da mulher na sociedade é debatida, com base nas eleições de 2008, na perspectiva da ampliação feminina no poder.

A crise econômica e financeira que assola o mundo também atinge de maneira particular as mulheres, razão pela qual a revista *Mátria* discute o tema e procura divisar os problemas conjunturais que agravam a já difícil condição feminina. E diante das guerras imperialistas e dos massacres a populações inocentes, Clara Charf destaca, em entrevista, a importância da luta pela paz e por uma nova sociedade, temas caros ao nosso ideário.

Uma educação não sexista continua no horizonte desta publicação, daí a importância em debater a sexualidade e a necessidade da visibilidade de gênero na educação, bem como a diversidade sexual e o tratamento que lhe dá a escola.

No âmbito das conquistas, há que reconhecer a lenta evolução dos direitos da mulher no tortuoso caminho pela igualdade de gêneros. Aplausos, portanto, à Lei Maria da Penha, que tem encorajado muitas mulheres a denunciar a violência doméstica.

As lutas e os avanços revelam-se, também, em detalhes de personalidades, conhecidas ou anônimas, que transformam diariamente o País. Seja por meio da irreverência de uma Carmen Miranda, que enfrentou preconceitos ao afirmar o seu lugar na sociedade; das vitórias de desportistas, que elevam o nome do Brasil no exterior; ou da defesa da terra e do meio ambiente por centenas de mulheres, que, em pleno século XXI, no Norte do país, vivem, por isso, sob a ameaça de morte.

A novidade deste número é o encarte teórico sobre a concepção emancipacionista do que é “ser mulher”, de Milton B. Almeida Filho, psicólogo e professor de filosofia, um homem que participa da luta feminista, e que, como Jean Paul Sartre e tantos outros ao longo da história, dá contribuição expressiva à luta pela emancipação da mulher.

Boa leitura!

Direção Executiva da CNTE



O Brasil e suas Eloás

As mulheres estão mais conscientes de seus direitos e reagem mais às agressões. Mas a caminhada ainda é longa. Em todo o país, cresceu o número de denúncias, reflexo da Lei Maria da Penha

A história se repete diariamente no Brasil. A diferença, agora, é que as mulheres estão denunciando mais. M., de 24 anos, hesitou muito, antes de procurar ajuda. Mãe de três filhas, morava em uma cidade satélite do Distrito Federal. Já estava acostumada com as agressões do marido, que, seguidamente, chegava em casa alcoolizado, “fora de si”, diz ela.

M. era atendente em uma padaria. Era, porque agora está em uma casa-abrigo, com suas filhas, à espera de uma nova vida. A história dela se confunde com a de centenas de milhares de mulheres, submetidas à violência dentro da própria casa. M. denunciou e está traçando um novo rumo para sua história.

Ela é um dos 269.977 atendimentos realizados no ano de 2008 pela Central de Atendimento à Mulher - o de número 180. Um aumento de 30% em relação ao mesmo período em 2007 (janeiro a dezembro).

“A Lei Maria da Penha tem ajudado muito nesse processo. As mulheres estão denunciando mais, embora o número seja ainda pequeno - um levantamento da Fundação Perseu Abramo revela que o total de mulheres espancadas no país deve chegar a 2 milhões por ano”, revela Myllena Calazans, assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea).

Eloá

O ano de 2008 teve como pano de fundo histórias de violência contra a mulher, que o público acompanhou de perto. O *Caso Eloá* (Eloá Cristina Pimentel, 15 anos), em Santo André (SP), “foi emblemático”, segundo Myllena. A tragédia da jovem mobilizou o país. A adolescente morreu assassinada pelo namorado Lindemberg Alves, depois que a polícia resolveu invadir o cárcere privado de Eloá e, em uma ação “de despreparo, não conseguiu evitar a morte da jovem”, lamenta a assessora.

Eloá “morreu previsivelmente por estar recusando uma relação de poder e dominação. Morreu por ser mulher e por ser vítima de uma relação de desigualdade, baseada em uma cultura machista e patriarcal”, avaliou a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Especialistas consideram que Eloá foi vítima de sua atitude de transgressão a uma chamada “ordem social”, quando se recusou a continuar o namoro com Lindemberg. “Ela teve coragem de romper com ele e sustentar a separação por um mês. Uma atitude que colocou em xeque a posse dele sobre ela”, analisa Myllena.

De acordo com a ministra, “a sua recusa, a sua escolha por não estar mais com ele, a sua opção pelo fim da relação foram sua sentença: o ‘lugar’ da jovem Eloá na ordenação tácita da sociedade não é o de rechaçar o macho e, sim, o de, ao ser escolhida por ele, aceitá-lo, acatando a vontade dele”.

O caso assumiu proporções midiáticas e durante cinco dias o

[Central de Atendimento à Mulher – Disque 180]

269.977 atendimentos realizados em 2008

O **Distrito Federal foi o campeão com 351,9 atendimentos** para cada 50 mil mulheres. Em segundo lugar, está São Paulo (220,8) e Goiás em terceiro (162,8).

» PERFIL DAS USUÁRIAS

A maior parte das mulheres que entrou em contato com o Disque 180 é negra (39,2%), tem entre 20 e 40 anos (53,2%), é casada (24,8%), cursou parte ou todo o ensino fundamental (33,3%) e não possui dependência financeira do agressor (47,7%).

» PERFIL DOS AGRESSORES

A maioria das agressões sofridas é doméstica (94,1%) e partiu dos cônjuges (63,2%), que fazem uso de álcool e/ou drogas (57,2%).

Brasil acompanhou em tempo real o drama da menina e sua amiga Nayara, que a acompanhou no cárcere. “A cobertura da mídia, entretanto, não observou o caso como um exemplo de violência contra a mulher e tratou-o de forma sensacionalista, revelando a insensibilidade nos casos em que as vítimas são mulheres. A verdade é que Lindemberg manteve as duas em cárcere privado porque estava inconformado com o fim do relacionamento”, observa Myllena.

O assassinato de Eloá, portanto, “não pode ser tratado como um ato passionai apenas”, explica Myllena. “Ela demonstrou um ato de coragem e rompeu uma ordem social, apesar de todo o histórico de violência que sofria dentro da própria família, com o próprio pai acusado de violência contra a ex-mulher.”

Para Cynthia Semíramis Machado Vianna, professora universitária e mestre em Direito pela PUC-MG, “no caso de Santo André, tanto as autoridades quanto os meios de comunicação agiram de

forma a desculpar o criminoso, minimizando suas ações e tratando-o como um jovem trabalhador em crise amorosa”, escreveu, no site Observatório da Imprensa.

Segundo ela, cabe uma crítica aos meios de comunicação, que tiveram um comportamento de “subversão de todos os valores que devem reger a comunicação social, especialmente a dignidade da pessoa humana e a não-discriminação. Programas de televisão não respeitaram sequer a situação delicada das vítimas e interferiram, ao vivo, conversando com alguém que estava cometendo um crime”.



Nilcéa Freire: Eloá é vítima de relação de desigualdade

Campanha para os homens

Em 2008, o governo federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), lançou a campanha “Homens unidos pelo fim da violência contra as Mulheres”. A iniciativa conta com a parceria do Instituto Papai, Instituto Promundo, Ações em Gênero e Cidadania (Agen-

de), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Governadores, ministros, representantes de classe e de entidades, jornalistas, escritores e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já aderiram a campanha, que em janeiro contava com quase 35 mil assinaturas - todas feitas por

meio do site: www.homenspelofimdaviolencia.com.br

“Ainda há muitos desafios no campo da violência contra a mulher. Por isso, nós decidimos dialogar diretamente com os homens. A sociedade precisa entender que a violência contra a mulher não é um problema das mulheres”, afirma a ministra Nilcéa.

Violência presente nas escolas

A violência nas escolas atinge a cada dia um milhão de crianças e adolescentes no mundo inteiro. A estimativa é da Organização Não-Governamental Plan, entidade sem fins lucrativos que há 70 anos atua em 66 países em defesa dos direitos da infância e da juventude. Um ambiente que deveria ser tranquilo e seguro transforma-se em palco de agressões, xingamentos e discriminação.

O pedagogo Charles Martins, assessor de Educação da Plan Brasil, diz que a necessidade de policiamento é um sintoma de que a violência chegou ao extremo. “Por que temos que ter uma intervenção punitiva? Porque a questão educacional e a relação com a família e com a comunidade não conseguiram restaurar na escola um clima de paz”, questiona e responde Charles Martins.

Um caso de violência contra professor chocou o Distrito Federal em 2008. O diretor do Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste, Carlos Ramos Mota, foi assassinado no quintal de sua casa porque combatia o tráfico de drogas dentro do colégio.

Para o pedagogo Charles Mar-

tins, as questões sociais e as dificuldades familiares são alguns dos fatores que contribuem para a violência. Mas não é por falta de leis que a violência escolar não é resolvida. “A Constituição Federal, em seu Artigo 5º, coloca os direitos individuais e coletivos. Nós temos também a Convenção dos Direitos Humanos, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Só está faltando passar da teoria à prática”, diz.

E foi a prática que mudou a Escola Parque de Ceilândia, cidade do Distrito Federal, que chegou a ser considerada uma das mais violentas da região. A comunidade escolar seguiu à risca as orientações do Ministério Público, criou o Conselho de Segurança Escolar e a mudança aconteceu com reuniões semanais e atividades em grupo.

A socióloga e antropóloga Miriam Abramoway defende que a escola deve ser aberta para que os jovens expressem suas opiniões, além de inserir as famílias no contexto escolar. Ao mesmo tempo lamenta a constatação de que a violência nas



Roberto E. Leão: “O medo tem que ficar fora da escola”

escolas tomou um outro rumo: a entrada das meninas em vários conflitos. Elas vão para a escola com revólveres, estiletes e facas e usam essas armas por qualquer motivo: ciúmes do namorado, inveja ou até mesmo para assustar professores.

Para Roberto Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que acompanha as denúncias de casos de violência contra professores nas escolas públicas por meio das entidades filiadas à Confederação em todo o país, “o medo tem que ficar do lado de fora da escola. A escola é uma das bases da sociedade, cuidar para que o ambiente escolar seja produtivo, harmonioso e seguro é um papel que deve ser dividido entre governo, educadores, pais e alunos”, ressalta.

O silêncio perverso da violência



Samantha Buglione

Professora de Direito e Bioética, doutora em Ciências Humanas, coordenadora do CLADEM-Brasil (www.cladem.org) e do Instituto Antígona (www.antigona.org.br) / buglione@antigona.org.br

A violência doméstica é silenciosa e brutal. A Organização Mundial da Saúde relata que quase 50% das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado (atual ou ex); o Banco Interamericano de Desenvolvimento aponta que, na América Latina e no Caribe, a violência doméstica incide sobre 25% a 50% das mulheres.

Direito privado como bem comum

A separação entre público e privado, presente na forma de se pensar a violência contra as mulheres, evidencia muito da cultura brasileira. No Brasil, a privatização do espaço público, em parte, é sintoma da nossa limitação para compor politicamente o interesse público e, principalmente, respeitá-lo. Roberto da Matta explicou esse viés, presente na lógica do compadrio e dos favorecimentos, - o famoso “jeitinho”, comum entre amigos. Usa-se o público para satisfazer interesses privados e, no privado, acredita-se poder tudo.

Por implicar a dimensão pública dos próprios direitos privados, o interesse público refere-se ao bem comum, agregado à sociedade edificada juridicamente no Estado, englobando tanto os

direitos de ordem pública quanto privada. Ou seja, os direitos, que se realizam no âmbito privado, são valores públicos cuja realização se dá em espaço específico (o doméstico, por exemplo). Isto implica perceber que a paz doméstica não pode ser de exclusiva preocupação dos atores privados, mas interessa a toda a coletividade.

O interesse público está exposto nas normas constitucionais e no modelo vigente de democracia constitucional. Quando é difícil compreender que o campo público é de todos, acha-se que o privado é o lugar de total arbítrio, sem qualquer ligação entre eles - ligação, esta, que ocorre do ponto de vista dos direitos e não dos interesses.

Tal distinção é um desafio porque, via de regra, a conexão entre público e privado é vista como favorecimento a alguém e não como garantia - no campo privado - da realização de direitos, como à saúde. A desatenção para com isto contribui para a permissividade, prevalecendo o arbítrio do mais forte cujo fundamento é a satisfação exclusiva do interesse de um dos sujeitos da relação (seja a que evidencia tensão entre interesses privados e públicos, seja a de violência doméstica). O corpo, a casa,

a vida do outro - como propriedade - ficam subsumidos ao interesse do mais forte.

Nesse sentido, a violência contra a mulher é sintomática de uma forma de compreender a propriedade privada e a relação com os seres vivos em geral. Primeiro, acha-se possível ter a propriedade de outro ser vivo; depois, acredita-se que se tem domínio e arbítrio de vida e morte sobre ele. Ao contrário do que possa parecer, a violência doméstica contra a mulher não é consequência da cultura do *pátrio poder* dos romanos, porque, mesmo lá, havia regras e limites para o seu exercício.

Usando medidas compensatórias

A violência, de modo geral, caracteriza-se pela lógica do domínio de um sujeito sobre o outro. A violência contra a mulher é exemplar: tira, do outro, o movimento, o poder, a ação, a dignidade e, em alguns casos, a integridade física e a vida. Ela reduz o outro a objeto de deleite de quem domina - uma arbitrariedade, como afirma Hannah Arendt. Seja resultante de interesses econômicos ou morais, viola, ao mesmo tempo, a liberdade e a igualdade.

Não é possível considerar a situação de violência como uma simples relação de poder: nesta há a tensão, a influência mútua de um sujeito sobre o outro, onde ambos tentam se persuadir, o que não ocorre na situação de domínio em que um dos personagens vê seu poder anulado, como nas histórias de violência doméstica. Maria da Penha e a jovem Eloá são exemplos do que acontece, via de regra, no silêncio da casa.

Se ignoramos que o sujeito passivo da ação, aquele que a sofre (seja humano ou não), é sujeito de direitos, reproduzimos, em alguma medida, o eixo central que justifica as práticas brutais de violência. A incapacidade de perceber o outro como um ser com vontade, capaz de sentir dor, prazer e viver a vida com singularidade, contribui para a estruturação da matriz cognitiva da violência. Quando o poder é exercido com fins de dominação, acaba por anular qualquer equilíbrio em uma relação. É por isso que 'estar vítima' de violência não significa 'ser vítima' ou 'ser' um sujeito sem poder.

Por derivar de matriz própria, a violência exige tratamento específico. Ou seja, para cuidar do sujeito que a sofre, é preciso respeitar o princípio da igualdade. Trata-se de criar mecanismos de equidade para os interesses de sujeitos com singularidades, vulnerabilidades e histórias específicas.

Leis como a Maria da Penha, que tratam da violência doméstica contra a mulher, não violam a igualdade entre homens e mulheres, pois permitem a realização

igualitária de interesses. Sem esses mecanismos, não se constroem uma sociedade capaz de respeitar o direito à igualdade e eliminar relações de domínio. Tratar de forma igual (formal e materialmente) pressupõe igual consideração de interesses, o que, em algumas situações, exige tratamento diferenciado, para se realizar.

“Leis como a Maria da Penha, que tratam da violência doméstica contra a mulher, não violam a igualdade entre homens e mulheres, pois permitem a realização igualitária de interesses”

Pela equidade e o fim da violência

Não é possível uma política justa e de respeito aos direitos fundamentais se violência urbana e violência doméstica forem tratadas da mesma forma, como também não é possível, ao menos no contexto moral atual da sociedade brasileira, tratar da mesma forma a violência contra homens e a violência contra mulheres, principalmente no âmbito doméstico.

O igual reconhecimento de interesses dos diferentes sujeitos morais pressupõe equilíbrio.

Para que isso ocorra, é necessária a consideração equitativa, através de mecanismos capazes de compensar diferenças e vulnerabilidades reais. A Lei Maria da Penha é um exemplo paradigmático. Afirmar que esta lei viola a igualdade é desqualificar o sentido de democracia e atesta uma incrível limitação sobre o que se entende por igualdade jurídica.

Em democracias constitucionais, as normas fundamentais são expressão de um *ethos* tanto objetivo quanto intersubjetivo, explícitas no projeto de justiça social nelas prescrito: a igualdade e uma vida sem violência o exemplificam. É esta a conexão aceitável entre público e privado.

Ao Direito cabe dar condições para o livre desenvolvimento das potencialidades do sujeito, só possível com a eliminação de privações de liberdade e a garantia da igualdade.

Como sistema político, a democracia não prescinde de isonomia e imparcialidade para se realizar. Este é o grande desafio, porque na democracia todo e qualquer cidadão deve ter direito de expressão para participar do processo decisório. E participar do processo decisório exige que as relações não sejam pautadas por práticas de domínio e violência mas que sejam equilibradas, resguardado o direito de livre e equiparada influência entre os sujeitos.

A igualdade só é garantida se o sujeito está livre da sujeição e da violência. Até que isso ocorra, leis como a Maria da Penha são necessárias.

As Marias da terra

Duas décadas nos separam do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes mas os defensores da terra e da reforma agrária, dentre eles dezenas de mulheres, continuam, ainda hoje, ameaçados de morte

A luta pela terra e a defesa do meio ambiente motivaram a inclusão de 200 nomes na lista de marcados para morrer no Norte do país. Destes, calcula-se em 20% o número de mulheres. O movimento social, que teve grande repercussão na década de 1990 com a luta do seringueiro Chico Mendes, persiste na Região Norte do país graças a milhares de ‘Marias’, que, anônimas, lutam por um Brasil melhor e mais igualitário.

Maria Joel Dias da Costa e Maria Ivete Bastos dos Santos, brasileiras, com mais de 40 anos. Duas Marias que têm em comum muito mais do que o mesmo nome. São trabalhadoras rurais e líderes sindicais. Mulheres que, mais do que por escolha própria, tinham já traçado o caminho da luta e da defesa dos direitos dos que vivem na terra e da terra. Uma causa social e de sobrevivência. Ambas têm o nome inscrito na lista de mais de 200 pessoas marcadas para morrer na Região Norte do país. Vivem com escolta policial e já enfrentaram atentados.

A lista de pessoas ameaçadas de morte naquela região, apurada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), abrange desde lideranças sindicais – como as Marias – até religiosos, índios, ribeirinhos e ambientalistas. Todos, defensores da preservação da Amazônia, seja na luta pela sobrevivência dos povos, das florestas, pela manutenção do emprego e da renda. Pessoas anônimas, que se dedicam a uma causa e muitas vezes acabam pagando com a própria vida.

O caso mais emblemático dos últimos anos sobre a violência contra os defensores da região aconteceu em 2004, com o assassinato da missionária Dorothy Stang. O crime ganhou repercussão nacional e internacional. Uma história típica de engajamento, pela manutenção de um modelo extrativista baseado na agricultura familiar e de baixo impacto ambiental, que mais uma vez alimentou a ira dos fazendeiros e grileiros contra a missionária.

Dorothy Stang morreu. Assim como Chico Mendes, seringueiro assassinado há 20 anos em Xapuri, no Acre. Mas estas mortes deixaram pelo caminho uma série de ativistas, que hoje lutam pela defesa da causa na região. “A maior parte das lideranças sociais não é muito conhecida do país em geral”, explica Marco Apolo Santana Leão, da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Ele destaca que a própria Dorothy Stang só tornou-se conhecida em todo o Brasil após seu assas-



sinato. “O que não significa dizer que não há liderança. Há, sim. São milhares de pessoas que aqui desenvolvem um trabalho junto aos trabalhadores rurais e ribeirinhos, extrativistas etc”, diz.

Os conflitos no Norte do país não são recentes. Estão ligados ao embate entre agricultura familiar e extrativismo *versus* grandes plantações de monoculturas e extração da madeira. Em Santarém, no Oeste do Pará, terra de Maria Ivete Bastos dos Santos, os conflitos sempre ocorreram, mas se agravaram a partir do ano 2000, “até uma década após a chegada da soja na região, que trouxe com ela vários projetos de infraestrutura, com a criação de portos, dando início a um novo ciclo de produção, que antes era ocupado pela agricultura familiar e extrativismo”, relembra Maria Ivete.

Marcadas para morrer

Maria Ivete explica que a soja levou a Santarém muitos impactos sociais e a cultura do grão se instalou em áreas de comunidades rurais. “Os produtores familiares tiveram que vender suas terras por um preço bem barato e muitos foram obrigados a sair. Isto porque a terra não era legalizada, 90% só tinham a posse, o que não era suficiente”.

A luta pela terra e a consequente expulsão da área são os principais fatores geradores de ameaças, que têm como alvo, muitas vezes, as mulheres da região. De acordo com Marco Apolo, pelo menos 20% dos nomes na lista de marcados para morrer são mulheres. Ele destaca a história de Maria

Joel, que após ter seu marido – o líder sindical José Dutra da Costa (Dezinho) – assassinado, assumiu a liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Uma missão que hoje lhe custa a liberdade.

Maria Joel vive há quatro anos com escolta policial e já sofreu uma tentativa de assassinato dentro do próprio sindicato: “Meu esposo foi uma liderança que não mediu esforços para defender a vida dos outros. Pagou um preço muito alto”.

Embora a luta seja árdua e intermitente, tanto as Marias quanto os representantes de movimentos sociais da Região Norte comungam da mesma opinião em relação aos avanços alcançados junto aos governos estaduais e federal na defesa pela terra e pela floresta. “Tivemos um avanço e reconhecimento grande nos acessos sociais com o governo do presidente Lula, embora a gente perceba que há também da parte dele um olhar para o agro-negócio”, avalia Maria Ivete.

Para ela, “outro presidente

não teria a coragem de fazer Reforma Agrária para os pobres e comunidades tradicionais”, diz. Maria Ivete explica que a parceria que há com o governo na região se reflete na criação de assentamentos, na discussão sobre a questão da propriedade da terra e no combate às queimadas. E lamenta a área do seu município ter mudado de perfil com a chegada da soja. “Nos últimos 15 anos, a população daqui era de 80% na área rural. Com a soja, 70% vivem agora na cidade”, avalia Maria Ivete”.

Marco Apolo destaca que a região conta agora com varas agrárias e com o fortalecimento da Ouvidoria e Corregedoria da Polícia. Apesar de tudo, “no Estado, já contamos com números bons de redução de homicídios ligados à terra - resultado do trabalho dos movimentos sociais, em parceria com o poder público”. Ele, entretanto, alerta: “o problema é que o Estado não é apenas o governo. Há toda uma estrutura que ainda precisa ser aprimorada”, diz.



Morte de Dorothy Stang chamou a atenção para a luta pelo meio ambiente

Histórias que se repetem

Foto: Fabio Rodrigues Pozebon



Maria Joel
Dias da
Costa

Idade: 45 anos

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará/PA

Estado civil: Viúva

Filhos: Quatro

Assumi a liderança do Sindicato depois que teve o marido assassinado. Vive há quatro anos com escolta policial. Já sofreu um atentado dentro do próprio sindicato e enfrenta constantes ameaças verbais e por carta contra a sua vida. Nasceu no Maranhão, mas está no Pará há 25 anos.

Medo: “Tenho certeza que Deus deu a vida e só ele tem o direito de tirar. Não tenho medo de morrer”.

Sonho: “Ver o meu país como um lugar onde todos têm o direito de viver com suas famílias livremente”.

Foto: www.greenpeace.org.br



Maria Ivete
Bastos dos
Santos

Idade: 42 anos

Presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém/PA

Estado civil: Casada

Filhos: Três

Assumi a liderança dos trabalhadores rurais na região em 1997. Vive hoje com escolta policial. Está ameaçada de morte. Faz parte do Conselho Nacional de Seringueiros. Nascida em comunidade tradicional ribeirinha onde permaneceu até os 35 anos de idade. Trabalhou no seringal e na fruticultura.

Medo: “Temo pela minha família. Se alguém tiver que pagar pelo que faz, que seja com a minha vida. Também tenho medo do avanço tecnológico. A globalização não globalizou o ser humano para melhor. Há uma perda de valores, apesar do acesso a mais coisas”.

Sonho: “Ver as desigualdades sociais superadas em um mundo mais solidário e mais humano. É preciso acreditar. Tenho esperança”.

As mulheres nos movimentos sociais

Marchamos até que todas sejam livres!

Claudia Prates

Coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres no Rio Grande do Sul, Secretária de Mulheres PT/Porto Alegre e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher



Foto: Tania Meinerz

A bordar a relação das mulheres com os movimentos sociais implica refletir sobre sua participação política em geral. Para isto, o primeiro desafio é retirar a invisibilidade de sua presença ao longo da história. Quanto mais se recupera a participação das mulheres nos processos de luta, mais cai por terra a visão corriqueira da acomodação. Ou seja, recuperar a experiência das mulheres é, também, recuperar a história de rebeldia, indignação e a persistente luta por liberdade e igualdade. Sem dúvida, a mulher esteve presente em todas as lutas e resistências dos povos oprimidos.

As análises atuais partem do que significou nas últimas décadas a emergência da onda feminista surgida nos anos 1960. Em todos os momentos de grandes mobilizações e disputas por projetos na sociedade também fortaleceu a presença política das mulheres. O mesmo ocorre em relação aos períodos de fortalecimento do conservadorismo e de práticas retrógradas em que se incrementa o machismo e a desigualdade de gênero. Por isso, é necessário olhar com cuidado o que se passou durante a hegemonia neoliberal, no país, nos anos 90. A forma como os conservadores atacaram as ideias

feministas foi desqualificando sua prática, sua expressão, ao mesmo tempo em que dissimulava a incorporação de suas propostas.

Isso se deu por meio da visão liberal de direitos, com ênfase no individualismo (e não na autonomia individual), ao mesmo tempo em que o mercado organizava a vida das mulheres. E foi interpretado como um paradoxo: de um lado, crescia nos espaços institucionais o discurso da equidade de gênero, enquanto na vida concreta a grande maioria das mulheres perdia direitos.

Nesse processo, que em parte dura até hoje, predominou a visão de que a vida das mulheres já mudou muito, que são mais escolarizadas, estão em postos executivos e de direção etc. Recuperou-se a concepção de que as mulheres são mais protetoras, acolhedoras, cuidadosas, éticas - usada como argumento para sustentar a noção de que a mulher é eficiente ou superior, à primeira vista um valor positivo, em contraponto à misoginia que cultiva o ódio e a desvalorização do feminino. Essa visão vincula à maternidade as habilidades construídas pela mulher, reforçando a ideia de "essência" e os papéis tradicionais. Portanto, seguem não reconhecendo a inteligência e razão enquanto atributo feminino, vincu-

lando suas características à biologia.

Essa questão é emblemática para o debate sobre a participação feminina nos movimentos sociais. E no movimento de mulheres há setores que guardam a mesma concepção e restringem suas propostas a alterações legais e normativas e ao acesso aos espaços de poder, sem questionar o modelo tradicional.

O fato é que é muito mais complexa a situação feminina sob a globalização neoliberal. Há a persistência de uma espécie de dualidade: um pequeno número de mulheres tem inclusive acesso direto ao capital, não mais apenas mediado por suas relações familiares e de herança, enquanto um enorme contingente arca com os custos da expansão capitalista, complementando ações que deveriam estar a cargo do Estado, sob o jugo de empregos precários de longas jornadas, muitas vezes no domicílio. Faz parte desse processo a migração das mulheres do Sul para o Norte, onde são incorporadas sobretudo nos serviços de cuidados e na indústria do entretenimento, que inclui a prostituição.

A mercantilização operada pelo neoliberalismo em defesa do capital ameaça as bases da vida, suscitando novos desafios para o movimento de mulheres e para as

que estão engajadas nos movimentos sociais. Na verdade, ampliou-se uma questão antes restrita a alguns setores: o movimento de mulheres deve atuar com uma agenda mais abrangente. Isso implica construir um projeto global de mudança para a sociedade, em conjunto com os demais movimentos sociais. Ao mesmo tempo, os movimentos mistos precisam assumir o tema do feminismo em seu programa, o que só será plenamente possível com a auto-organização das mulheres – o que significa que cada vez mais o movimento de mulheres tem que se auto-organizar nos espaços mistos.

Nova dinâmica contra o neoliberalismo

No bojo da luta contra o neoliberalismo deu-se nova dinâmica ao movimento de mulheres, com a recomposição da postura crítica, minoritária nos anos 90, quando da institucionalização e perda de radicalidade da maioria do movimento. Um dos marcos desse processo foi o surgimento da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a partir da campanha mundial contra a pobreza e a violência, com a crítica global ao neoliberalismo e ao capitalismo. Foi uma ação importante, recolocando de forma ampla o debate sobre gênero e classe. A MMM, em vários países, foi a alternativa à institucionalização e à perda de radicalidade, retomando a idéia de auto-organização, de mobilização e educação popular, do feminismo vinculado à luta anticapitalista, portanto, recolocando a questão de classe, sem abandonar as questões de etnia, orientação sexual, juventude etc. Para a MMM, a

mulher é sujeito ativo na luta para mudar radicalmente esse modelo - que também é patriarcal, racista, homofóbico/lesbofóbico e depredador do meio ambiente.

“Os movimentos mistos precisam assumir o tema do feminismo em seu programa, o que só será plenamente possível com a auto-organização das mulheres”

Mobilização e visibilidade

Do ponto de vista organizativo, a MMM atua com dupla estratégia: de auto-organização das mulheres e de articulação com os movimentos sociais mistos. E tem como ponto principal de sua identidade a ação militante e de mobilização. Por isso, deu contribuição efetiva para a retomada da mobilização nas ruas, a partir da ampla organização das mulheres desde a base, que se articula do nível local ao internacional. Construiu e reforçou alianças com vários movimentos sociais. Houve, assim, mais legitimidade diante de outros movimentos mistos, na campanha contra a ALCA.

A participação em processos amplos, como o Fórum Social Mundial, aumentou sua visibilidade e

articulação, expressou o seu envolvimento e o seu compromisso com o movimento antiglobalização e permitiu ampliar e intensificar os debates, como, por exemplo, o da mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

Afirmamos o direito à autonomia e autodeterminação femininas e reivindicamos a igualdade como princípio organizador do mundo que queremos construir.

Atualmente, em todo o mundo e em particular na América Latina, os principais movimentos têm a participação expressiva das mulheres. A resistência feminina expressa forte dinamismo e cada vez mais organiza lutas que conectam as várias dimensões. Ou seja, a luta da mulher não é apenas uma agenda específica a ser agregada a uma agenda macro: trata-se de uma luta de transformação integral da sociedade. Entende-se por isso que não se mudará a vida de cada uma, enquanto não mudar a vida de todas.

Nossa luta, portanto, é pela superação da sociedade capitalista e machista e pela construção da sociedade socialista, capaz de romper com todas as formas de exploração, opressão e discriminação. Isso faz com que o movimento de mulheres atue com uma agenda ampla, incorporando todos os temas relacionados ao modelo de desenvolvimento.

Em 2010, a MMM organizará sua terceira Ação Mundial e mais uma vez nos uniremos às mulheres do mundo inteiro para ecoar nossas vozes por igualdade, liberdade, justiça, solidariedade e paz.

***A nossa luta é todo o dia.
Somos mulheres e não mercadorias!***

Guerreira da Paz

Escritora e ativista, **Clara Charf** foi companheira do fundador da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella (1911-1969), durante 21 anos. Trilhou um caminho árduo em defesa da paz. Participou dos protestos contra a bomba atômica, durante a Guerra Fria, e de vários Congressos em prol da paz. Na década de 1950, lutou contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coreia.

Com o Golpe Militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados, conheceu a clandestinidade, perdeu o companheiro Carlos Marighella, assassinado em 1969. Viveu no exílio por quase dez anos e só pôde retornar ao Brasil com a Anistia. Em 2005, recebeu o prestigioso Prêmio Bertha Lutz.

Hoje, aos 80 anos, sua luta por um mundo mais justo permanece. Participa da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Integra a Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. Também atua no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

Autora do livro "Brasileiras Guerreiras da Paz" (Contexto, 2006), Clara Charf é uma unanimidade quando o assunto é cidadania. Nesta entrevista, Clara atesta: "só se conquistam direitos com respeito mútuo e solidariedade".



Mátria: *Como defensora da paz, como a senhora definiria hoje a situação mundial, os conflitos e a constante luta pelos direitos humanos? A paz é possível? A luta pela paz é uma luta globalizada?*

Clara: A situação mundial é muito preocupante em vários sentidos: focos de guerra, ocupação de países como o Iraque por parte dos Estados Unidos, Afeganistão, guerras nos Oriente Médio, o drama do povo palestino, tentativas de dominação econômica em diferentes regiões do mundo, ocu-

pação de bases como Guantánamo, crise econômica, problemas raciais em vários países da África. Por outro lado, o crescimento da luta dos povos em todos os continentes por direitos humanos, por independência, liberdade e democracia. Exemplos como no nosso continente: Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai. A paz é uma conquista decisiva, é a luta do cotidiano contra a violência, por direitos políticos e sociais, por educação, habitação, cultura. A luta pela paz é uma luta globalizada.

Mátria: *Como a senhora enxerga o Brasil de hoje, 45 anos depois da ditadura?*

Clara: Depois de 45 anos de ditadura, responsável pela perda de tantas vidas valiosas de jovens, mulheres e homens, idosos - a quem devemos honrar -, o Brasil é muito diferente. É o que se conquistou até agora: poder falar, organizar, propor, dar vez e voz aos índios, negros, às mulheres, aos jovens, aos idosos; estreitar as relações entre os povos de nosso continente e fazer cada vez mais o intercâmbio de experiências.

Mátria: *As lutas sociais do mundo de hoje, do Brasil de hoje são as mesmas da década de 1960. A essência permanece?*

Clara: As lutas sociais são, hoje, mais avançadas, mas dependem dos acontecimentos. Na década de 60, no mundo, a grande mobilização foi contra a invasão norte-americana no Vietnã e a intervenção norte-americana nos países do nosso continente, como foi o golpe militar no nosso país, em 1964, com a derrubada do governo de João Goulart, e nos demais países da nossa América.

Mátria: *Como conselheira do CNDM, como a senhora define a situação da mulher brasileira, hoje, em relação às políticas públicas?*

Clara: Cresceu a participação da mulher no nosso país, em todas as áreas, na vida econômica e social, mas ainda é pequena a participa-

ção política: poucas mulheres nos parlamentos e nos executivos com voz e vez. Mas é bom lembrar da participação de muitas mulheres, hoje, em diferentes organizações, seja em sindicatos ou em grupos contra a violência doméstica. Atualmente, todas elas são representadas pela figura de Maria da Penha. E também de nossas pioneiras, desde Nísia Floresta, passando pelas mulheres que lutaram pelo direito ao voto, como Berta Lutz, as que enfrentaram ditaduras durante a II Segunda Guerra Mundial, como Eneida Moraes, Olga Benário, parlamentares, como Zuleika Alambert, Adalgisa Cavalcanti, e, na ditadura de 64, a luta das mulheres do Araguaya e a luta pela anistia.

Mátria: *Como a senhora enxerga o trabalho do governo Lula na área social?*

Clara: Aumentou muito o trabalho do governo Lula na área social, inclusive o reconhecimento e o respeito pela organização das mulheres, o que ficou claro nas duas grandes conferências nacionais de mulheres e na Marcha das Margaridas.

Mátria: *A mulher, hoje, tem mais oportunidade?*

Clara: Sim, mas ainda enfrenta muitos preconceitos, não tem salário igual, não ocupa devidamente postos de mando, faltam serviços sociais para facilitar sua participação na ação diária, de acordo com sua capacidade e sensibilidade.

Mátria: *Como a senhora avalia o engajamento das mulheres nos movimentos sindical e social? Por que há tão poucas lideranças do sexo feminino? O que falta para aumentar a participação das mulheres?*

Clara: Cresceu, mas ainda é pequeno. Para exercer a liderança, é preciso facilitar as condições práticas. Como ser uma dirigente sindical, por exemplo, se ao sair do trabalho o homem vai para o sindicato e a mulher vai fazer as coisas em casa? E muitos outros exemplos.

Mátria: *A senhora foi companheira do guerrilheiro Carlos Marighella, durante 21 anos. Como definiria o trabalho dele e o legado que ficou dos tempos de luta pela democracia no Brasil?*

Clara: Marighella, o poeta, o lutador, sempre trabalhou pela justiça, a liberdade, a igualdade entre todas as raças, usou todas as tribunas para defender suas posições no Parlamento, nas ruas, nos movimentos sociais ou, diretamente, contra a ditadura militar que o assassinou no dia 4 de novembro de 1969. Ele foi um grande defensor dos direitos da mulher e, entre os dirigentes de esquerda de sua época, um “feminista”, talvez sem conhecer o significado dessa categoria. Abriu todos os espaços para a participação da mulher nas diferentes formas de luta no Brasil. O legado que ficou daquelas lutas pela democracia é que só se conquistam direitos, liberdade e igualdade com o respeito mútuo e muita solidariedade.

A qualidade vem da formação



Foto: Divulgação MEC

Sistema Nacional de Formação de Professores tem o desafio de quadruplicar o número de vagas nas instituições públicas de ensino superior

O ano de 2009 começou com boas notícias para professores e professoras. No final de janeiro, o Ministério da Educação deu início à política nacional de formação de profissionais do magistério. Com isso, a partir de agora, União, estados, municípios e Distrito Federal deverão trabalhar juntos na formação inicial e continuada de 360 mil educadores e educadores da rede pública de ensino.

Atualmente, do universo de um milhão de professores da educação básica, cerca de 700 mil não têm formação adequada para o nível em que atuam. A falta de formação ainda é um entrave para a qualidade da educação. Quem faz o curso de licenciatura em pedagogia, com duração de quatro anos, sai com nenhuma habilitação específica. E não é raro muitos professores se formarem, sem saber o que e como ensinar.

A educadora Helena Freitas, coordenadora do Programa de Formação e Capacitação de Docentes, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), espera que o Sistema Nacional Público de Formação mude essa realidade. “O nosso sonho de futuro é ver o país enfrentar o desafio de ter 100% dos professores, em exercício na escola pública, formados

pela instituição pública, o que significa quadruplicar o número de vagas oferecido atualmente nas instituições públicas de ensino superior”, afirma.

A coordenadora da Capes enfatiza que todos os cursos de licenciatura precisam ser reformulados para se adaptarem ao chão da escola. “O chão da escola é muito perverso e muito duro. Esse chão nós não queremos. Defendemos um olhar para o trabalho docente e uma escola que supere as suas condições”. Helena Freitas vai além ao destacar que, “quando se fala em alterar as bases da educação escolar, supõe-se a formação de professores engajados na luta pela implementação de uma escola de tempo integral”.

Segundo Helena Freitas, as mudanças no campo da formação docente no Brasil começaram a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no contexto das políticas neoliberais. “Nesse período, observa-se o crescimento da oferta de cursos de formação continuada, principalmente de cursos à distância para a formação dos professores em exercício sem curso superior”, salienta.

Mesmo com a assinatura dos termos de cooperação para oferecer cursos de formação de professores e professoras do ensino básico, ainda é preciso enfrentar muitos desafios. Entre eles, está a mobilização dos jovens para uma carreira nada valorizada, uma vez que a quantidade de professores formados não atende à demanda. No entanto,

Helena acredita que a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional pode ajudar a atrair os professores para a sala de aula.

A elevação da qualidade da formação é um fator crítico. A coordenadora diz que todas as licenciaturas têm responsabilidade na formação, mas nem todas se envolvem na pesquisa ou na investigação sobre a educação básica, que é o papel das faculdades e dos centros de educação. Helena lembra também que o uso indiscriminado, sem acompanhamento e avaliação adequados, dos cursos a distância pode ser um caminho perigoso na qualidade da educação.

O Orçamento é uma outra questão. Helena Freitas destaca a importância de um financiamento adequado, que supere os atuais 4% do Produto Interno Bruto (PIB), para aumentar o número de vagas nas instituições públicas. Enfatiza, ainda, a importância da gestão democrática, as políticas e o sistema nacional público de formação de professores, que contemple desde a formação até a carreira do magistério. “Um sistema nacional de formação que abranja condições dignas de trabalho, garantia da qualidade social na formação inicial e continuada, tendo em vista o desenvolvimento pleno de uma educação pública de qualidade”, conclui.



Helena Freitas: defesa da gestão democrática, políticas e sistema nacional público de formação de professores para elevar a qualidade da educação

» **Existem 300 mil pessoas** dando aulas no País em áreas diferentes das quais se formaram;

» **Em 2007, 70.507 universitários** concluíram cursos voltados a disciplinas específicas do magistério, **4,5% a menos que em 2006 e 9,3% a menos que em 2005;**

» **As maiores quedas de 2006 para 2007, entre os cursos para as disciplinas obrigatórias, ocorreram em Letras (-10%), Geografia (-9%), Química (-7%), Filosofia (-5%).**

Fonte: INEP/MEC

O BRASIL É DAS FORMANDAS

Último Censo da Educação Superior mostra que o número de mulheres que conseguem terminar a faculdade é maior que o de homens

As histórias contadas pela sua avó sobre as dificuldades das mulheres em saírem de casa para estudar e terminar o ensino superior foram definitivamente superadas. Hoje, são elas que lideram a conquista pelo diploma de graduação no Brasil. Em 2006, 452.295 mulheres concluíram o ensino supe-

rior, contra 304.504 homens. Os números estão no Censo da Educação Superior de 2007, divulgado em 2009 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

A discrepância é ainda maior em Goiás: dos 26.574 concluintes de graduações presenciais em 2006, 65% eram do sexo feminino. Em todos os estados, além do Distrito Federal, as mulheres lideram a conclusão de ensino superior. Goiás e Bahia mostram a maior vantagem delas.

“Os números mostram que, felizmente, houve uma inversão de valores. No início do século, era diminuta a presença das mulheres na escola”, lembra Geovana Reis, professora da Universidade Federal de Goiás. Mas a cultura machista ainda persiste na sociedade brasileira, refletindo no comportamento dos alunos em sala de aula. Para Geovana, a escola abriga melhor as mulheres. “Elas são mais quietas, concordam mais com as regras do que os homens, que infringem e reclamam mais. Traço da nossa educação machista”, diz.



PARA SABER MAIS

A revista Retratos da Escola, lançada em dezembro do ano passado pela Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, reúne vários artigos sobre formação de professores e professoras. A publicação contribui para compreender melhor os impasses e desafios da formação docente, com análises de diversos especialistas.

Aperfeiçoar conhecimento é cultivar valores

Por melhor que tenha sido a formação do professor ou da professora na escola normal ou nas licenciaturas e mesmo com muita leitura da tecnologia e do conhecimento avança, cêlere, obrigando o profissional à frequente atualização. De acordo com a professora, mestre e viúva do educador Paulo Freire, Ana Maria Araújo Freire, “o conhecimento científico é histórico é dinâmico. O professor nun-

ca sabe tudo e precisa aperfeiçoar, sempre, os seus conhecimentos”.

Nita Freire, como prefere ser chamada, lembra as palavras do marido quando o assunto é formação permanente. “Nenhum professor no Brasil ou em qualquer lugar do mundo pode se acomodar. As novas interpretações estão vindo a passos largos, modificando a história oficial. Muita coisa mudou da História do Brasil

que eu aprendi quando criança”, destaca.

Para a educadora, essa mudança constante requer aperfeiçoar os conhecimentos. “Como um professor formado há cinco, dez ou quinze anos pode competir com alunos acostumados com a televisão e a internet, que disponibilizam informações a todo momento?”, questiona. Segundo ela, a única forma que o professor tem de competir é atualizar-se. E lembra que Paulo Freire fazia questão de dizer que este é o principal fundamento de uma escola feliz.

O papel do educador, de acordo com Nita, “é ensinar o conhecimento científico - os valores da sociedade dentro do contexto da realidade, da comunidade, da escola, do bairro e da cidade. A escola é o lugar privilegiado do conhecimento científico, mas é também um local onde deve ser gerada amorosidade, tanto no que se refere ao tratamento quanto ao ensinamento”.

Nita Freire diz que falta aos educadores conscientização sobre os fenômenos sociais. “A liberdade que os pais dão aos filhos prejudica muito o desenvolvimento escolar. Quando os alunos percebem que o professor não tem formação científica adequada provocam desordem, têm mau comportamento e desinteresse”. Para ela, “é importante admitir que não se sabe e sugerir uma pesquisa conjunta; dessa forma os alunos vão respeitar o professor”. Este sempre foi o conselho de Paulo Freire.



Nita Freire entrega o livro “Paulo Freire: uma história de vida” a Juçara Vieira, diretora de finanças da CNTE para Escola de Formação da entidade (Esforce)

A invisibilidade da questão de gênero entre nós

Este é um extrato do artigo de mesmo nome, apresentado na Anped Centro-Oeste, DF/2008 (no prelo), fruto da Pesquisa Personagem Feminina no Movimento Nacional de Formação de Professores.



Lúcia Rincon

Professora da Universidade Católica de Goiás, diretora do Centro Popular da Mulher de Goiás e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Favorecidas por um ideário que procura conceber o magistério como profissão e não como vocação, também as mulheres, a partir da Proclamação da República, vinham conquistando gradativamente sua inserção no processo educacional, fruto de um intenso processo de lutas feministas, travadas durante o século XIX, e também devido à fundação de Escolas Normais no país, visando à formação de mulheres que se tornassem professoras primárias (NAGLE, 2001).

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres vão se inserir em maior número na categoria de professores, trazendo e assumindo valores da sociedade patriarcal, cultivando e perpetuando esses ideais também em seu ambiente de trabalho. E apenas lentamente os comportamentos iam se modificando rumo à emancipação feminina.

A crescente atuação feminina no mundo do trabalho a partir de 1920, mesmo que em cargos destinados à “natureza feminina”, se dá quando a indústria, o comércio e o setor de serviços necessitam de mão-de-obra que saiba ler e escrever. Em seu trabalho coti-

diano, a mulher professora será vista, desde então e até os dias atuais, como mãe, e seu emprego será classificado como extensão do lar.

Mas a participação feminina é ainda inexpressiva, como se constata no próprio documento do **Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova** (1932), no qual, dos 26 signatários, apenas três são mulheres.

As associações de professores(as)

A organização dos/as professores/as em associação, no Brasil, teve início na década de 1920, ainda que esta categoria, desde o século XVIII, na Europa, já tivesse suas associações e a regulamentação da atividade docente pelo Estado.

A realidade mostra que o Estado procura fixar regras, normas, leis, seleção e nomeação como estratégias de controle e de capacitação dos/as professores/as, segundo as especificidades e as demandas de cada realidade e tempo histórico. Neste sentido, o *status* da categoria de professor varia segundo a organização política mas também segundo a importância histórica de produção do conhecimento em cada sociedade.

Lutas e propostas demarcaram, então, um novo tempo para a educação brasileira, em uma sociedade que havia crescido economicamente e tinha um sistema educacional arcaico. Na década de 1950, caracterizou-se pelo Movimento dos Professores em Defesa da Escola Pública e da Educação Popular e de Adultos. Buscou-se construir as bases e as diretrizes para a universalização da escola pública. Expressão desse Movimento foi o **Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público**, de 1959, assinado também por 26 mulheres profissionais da Educação.

Segundo Monlevade (apud: ATAÍDES, 2004, p.16), é nessa década que se identifica a primeira fase de organização de professores/as em associações; e outras duas fases podem ser identificadas: a segunda, de 1964 a 1978, e a terceira, de 1978 a 1989.

Os/as educadores/as brasileiros voltavam sua atenção para os problemas econômicos, sociais e políticos, como o pauperismo, a marginalização e o analfabetismo da maioria da população brasileira. Junto a estudantes e à sociedade civil, os/as professores/as rei-

vindicavam condições de inclusão cidadã dos setores populares, organizando diversos movimentos, que faziam da educação um instrumento de luta pela transformação social.

Os movimentos pioneiros em educação e cultura popular da primeira metade dos anos 60 demonstram que, apesar da crise vivida, educadores/as, estudantes e sociedade civil buscavam alternativas às propostas conservadoras de interesses elitistas.

Com a ditadura militar, somente a partir dos finais da década de 1970 é que os movimentos sociais se rearticulam e ganham o cenário brasileiro com suas reivindicações; e, também, os estudos feministas nas esferas acadêmicas. Os movimentos sociais, rearticulados, entre eles o movimento de professores e o movimento feminista, terão nova característica até então pouco vista nos movimentos sociais organizados no país: a presença marcante das mulheres no espaço público e na luta pelas suas reivindicações.

Realçemos o movimento que começou a se estruturar em abril de 1980, dentro da Primeira Conferência Brasileira de Edu-

cação, CBE, em Goiânia (GO), que aglutinou homens e mulheres professores/as. Preocupados/as com o sucateamento do ensino e com as reformas superficiais elitistas que pretendia o Estado, perceberam a necessidade de se criar um movimento que trouxesse mudanças benéficas à educação.

O nascimento da Anfope

Este movimento aos poucos vai se organizando e, durante o ano de 1983, é realizado o I Encontro Nacional de Profissionais da Educação, em Belo Horizonte, quando se decide nomear o movimento de Conarcef, nome que perdura até a década de 1990. Em 1992, em Belo Horizonte, o VI Encontro transforma-se em Associação Nacional de Formação de Professores (Anfope).

Foi gritante a ausência de discussão sobre as relações de gênero durante o VI encontro promovido pela Anfope. Lembre-se, ainda, que o magistério, e principalmente o ensino fundamental, já era um espaço reconhecidamente de atuação da profissionalização feminina e que esse seminário da Anfope congregou uma maioria de mulheres, todas profissionais da educação. Mesmo assim, e apesar de as bandeiras feministas já se apresentarem como significativas no seio da sociedade, nos Anais desse encontro não há, sequer, uma única referência à especificidade da questão de gênero.

Nos documentos e registros da Anfope, ao longo de duas décadas, não se encontra manifestação alguma sobre a questão da mulher.

Não aparece manifesta nenhuma inquietação quanto à “possível” relação entre a presença das mulheres na profissão e sua desvalorização e proletarização; nenhuma manifestação ou indagação sobre uma possível relação entre a desvalorização social do espaço doméstico e a identificação da profissão de professora com os papéis sociais de mães, tias, avós.

Ainda que o magistério, principalmente o ensino fundamental, seja um espaço reconhecidamente de atuação profissional feminina e os encontros realizados pela Anfope deixem isso claro, congregando uma maioria de mulheres, todas profissionais da educação, não encontramos sequer uma única questão levantada quanto à discriminação de gênero. Fica claro que a ideologia dominante vem conseguindo silenciar as diferenças salariais, os empecilhos para o acesso a cargos de chefia, a aceitação de postos de trabalho subalternos, a jornada dupla de trabalho e a falta de estrutura social para a reprodução social/humana, como creches e escolas de período integral.

Nós, profissionais da educação, dizendo sempre que nos dedicamos à emancipação dos seres humanos e da sociedade, contraditoriamente silenciamos sobre as questões de gênero e sobre as possíveis e cada vez mais demonstráveis articulações, que constituem o universo simbólico que envolve o “ser mulher”, o “ser professora”, a valorização dos/as profissionais da educação e a construção de uma educação emancipatória.

“A mulher professora será vista, desde então e até os dias atuais, como mãe”

Rompendo barreiras

Fotos: Osmário Marques

Quando o assunto é orientação sexual, ainda há polêmica. Mas isso está mudando e, aos poucos, o tema passa a fazer parte das discussões em sala de aula



Sexualidade é tema de dinâmicas de grupo em escolas públicas no interior de Pernambuco

Sala de aula não é lugar de jogar bola. Sobretudo aquela, de futebol, meio suja e gasta. Mas na Escola Polivalente de Abreu e Lima, município da Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, ela ganha ares mágicos nas mãos dos estudantes, quando vira a “bola da verdade” a correr de mão em mão em busca de um dono, que

faz a pergunta da vez. Neste caso, só valem questões sobre homossexualidade. Se o aluno não quiser elaborar sua pergunta sobre o tema, o professor faz a tarefa por ele e o jogo continua. A estratégia faz parte das oficinas para discutir o assunto, ainda polêmico nas unidades de ensino do país.

Em Abreu e Lima, a “bola da verdade” integra o programa Esco-

la sem Homofobia, desenvolvido pelo governo do Estado em parceria com o governo federal. “O município tem uma das maiores comunidades protestantes do país e 70% de nossos alunos seguem essa religião, que, como outras, não aceita a homossexualidade. Ao mesmo tempo, percebemos uma grande clientela de alunos homossexuais e não podíamos negar isso”, expli-

ca o professor Inaldo Nascimento. A intolerância sexual, no entanto, partia de vários grupos da escola, inclusive não-religiosos, e resultou até em agressão entre alunos.

Assim como o programa Saúde e Prevenção nas Escolas, o Escola sem Homofobia constitui uma das mais importantes iniciativas do governo federal junto aos estados, para discutir o tema sexualidade dentro das unidades de ensino do país. Enquanto o primeiro busca promover a saúde sexual e reprodutiva com enfoque na prevenção das DST/AIDS, o segundo centra fogo na questão da homossexualidade (nunca homossexualismo, porque a terminação 'ismo' sugere doença, como reconheceu o próprio Ministério da Saúde a partir de protestos de grupos gays).

Formação acadêmica

Genilson Marinho, da Gerência de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, diz que aplica as duas ações no Estado e, ainda, uma terceira, que prevê distribuição, entre alunos e professores, de cartilhas sobre tráfico de seres humanos, mas critica a falta de material didático sobre a sexualidade e de formação dos professores nas universidades. “Temos que buscar alternativas para debater a sexualidade nas escolas, realizar parcerias, já que são desafios e temáticas recentes, ausentes dos cursos de formação de professores nas universidades”. Ele observa que a orientação do Ministério da Educação é discutir o assunto em todas as matérias.

O mesmo é defendido por Alexandre Santos, presidente da Associação da Parada de Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais). “O assunto ainda não é debatido nos livros didáticos e isto é urgente - afinal a construção do cidadão é na educação” ressalta.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Educação, o edital Programa Nacional do Livro Didático de 2010 já insere o tema da homofobia na produção dos livros didáticos. Nos estados, a CNTE coordena equipes compostas pelo movimento sindical, secretarias estaduais de Educação e de Saúde, além de ONGs, para inseri-lo nos colégios. (Leia na página 23)



Professores Rose (esq.) Inaldo e Maria da Conceição associam o tema da sexualidade ao conteúdo das disciplinas



Professora Maria da Conceição: sexualidade discutida durante as aulas de português

Em Abreu e Lima, os professores capacitados não perdem tempo e já tocam no assunto em sala. “Em matemática, pode-se trabalhar com o número de homossexuais mortos no Estado, por exemplo. Em português, trazemos textos para discussão”, explica a professora Maria da Conceição Souza Gomes. No distrito de Alto Bonito, em Bonito, no interior pernambucano, os programas sobre sexualidade ainda não chegaram mas o público homossexual tem o apoio da comunidade escolar. “Aqui, todos eles são aceitos e muitos jovens vem vestidos de mulher para a escola”, conta a professora Luciene Ramos, da Escola Intermediária João XXIII.

Gravidez na adolescência

A cineasta Sandra Werneck, que dirigiu e produziu o filme “Meninas”(Brasil, 2006, 71 min.), longa que trata da gravidez na adolescência, diz que a escola muitas

vezes não tem apelo para as meninas nessa faixa etária, não traz esperanças. “É como se as alunas não tivessem uma visão a longo prazo, de futuro, a partir dos estudos. No dia-a-dia, é muito mais importante ser mãe do que estudar. As escolas não fazem o papel de agregar essas meninas-mães, de mantê-las em sala. Elas pensam: saindo da escola, o que vou fazer?” O mais grave - destaca a cineasta - é que muitas meninas tem informação sobre os métodos para evitar a gravidez mas muitas vezes o homem não quer usá-los e elas não se impõem contra a decisão. Fato que também precisa ser trabalhado nas unidades de ensino.

Uma pesquisa realizada pela Unesco, com financiamento do Programa Nacional de DST e AIDS da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, para avaliar a implantação do Saúde e Prevenção nas Escolas, revelou uma mudança positiva de comportamento em escolas com a iniciativa. Constatou-se que 60,9% dos estudantes declararam ter usado preservativo na primeira relação sexual e 69,7% usaram o produto na última relação sexual. Além disso, nas escolas com o programa, professores de diferentes matérias discutem e orientam os estudantes



Marcelo: intolerância causa mudança de escola

sobre sexualidade (46,1%), enquanto nas demais escolas a discussão do tema acontece somente durante as aulas de ciências. A longo prazo, conclui a pesquisa, os alunos melhoram o nível de autoestima e buscam mais informações sobre prevenção e cuidados com a saúde.

Atualmente, 50.214 escolas do país participam do Saúde e Prevenção nas Escolas, que, para a Unesco, ainda necessita de ajustes, como: melhor divulgação do programa; ampliação da oferta de cursos de formação para estudantes, professores e pais; mais integração das escolas com as unidades de saúde; ampliação do envolvimento da unidade de ensino com os pais e comunidade; e, por fim, desenvolvimento do processo de monitoramento e avaliação do programa.

A escola do futuro, com respeito à diversidade e à própria sexualidade, seja de que forma elas se manifestem, está a caminho. Pelo menos é o que espera Marcelo (nome fictício a pedido da família do adolescente), 16 anos, que assume sua identidade homossexual. Agredido verbalmente por uma vice-diretora, que não concordava com sua orientação, ele deixou de concluir a 5ª série, no ano passado, e agora tenta recuperar o tempo perdido em outra unidade de ensino pernambucana. “As pessoas precisam entender que homossexual também é gente”, diz ele. Gente que precisa estudar, assim como as meninas-mães. “O preconceito cria a evasão e, junto com ela, um problema social. Precisamos reconhecer isto”, alerta o professor Jatiníel David.

CNTE promove Programa DST/AIDS nas escolas

Mais de 70 mil jovens brasileiros tem o vírus HIV, com incidência maior entre mulheres adolescentes. A prevenção da AIDS está relacionada ao grau de informação sobre a doença. Por isto, a CNTE promove o Programa DST/AIDS com o objetivo de formar lideranças sindicais para que se previnam da doença e se tornem multiplicadores, levando informações e esclarecimentos aos alunos.

Há três anos, a CNTE trabalha em parceria com a Internacional de Educação (IE), convidada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para atuar com os movimentos sociais na luta contra a DST/AIDS, devido ao alto índice de mortalidade de professores infectados pelo HIV. Nesse período, atuou junto às secretarias estaduais de Saúde e de Educação, prefeituras, sindicatos, escolas públicas e várias entidades, promovendo a realização de oficinas, cursos de formação, palestras, seminários, concursos de cartazes e frases, exposições, apresentações de vídeos e filmes, tudo isso para proteger a vida.

A coordenadora do Programa DST/AIDS da CNTE, Fátima Aparecida da Silva, destacou que, de um modo geral, houve mais envolvimento dos estados no projeto e que, em 2009, os sindicatos precisam ter visibilidade pública. Defendeu também a necessidade de se pensar nas transformações sociais, sem aceitar determinadas posições e tabus. “Quando o assunto é saúde e sexualidade,

temos que ser referência e fazer a diferença”, enfatizou.

Os representantes de 20 sindicatos filiados à CNTE, presentes no 3º Seminário Nacional do Programa DST/AIDS, realizado em dezembro de 2008 em Brasília, admitiram que a doença “está com a cara do Brasil: pobre, negra e feminina” e destacaram que a AIDS é um assunto da sociedade e, por isso, precisa-se aumentar a convivência, diminuir o preconceito e adotar medidas radicais contra a discriminação.

Para este ano, estão programados nove encontros regionais, cursos de formação profissional sobre direitos sexuais e reprodutivos, drogas etc, além da distribuição de revistas em quadrinhos sobre a Mostra Nacional Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE).

O Sindicato de Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintep), filiado à CNTE, faz parte

do Grupo Gestor de Enfrentamento de Pernambuco (GGE-PE) e tem sido um dos mais atuantes. Com o slogan “Sexo não tem idade, proteção também não. AIDS é antiga, mas não é passado” (Frase de uma jovem multiplicadora, Bárbara Barbosa), foi às ruas no dia 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a AIDS, para divulgar e sensibilizar a sociedade sobre a triste realidade dos índices de jovens, de 14 a 24 anos, contaminados pelo vírus HIV. O laço vermelho, que simboliza a luta contra a AIDS, foi exposto na Praça da Independência, no Centro de Recife. Paralelamente, alunos, professores e componentes do Grupo Gestor Estadual do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, ao som do batuque entregavam à população panfletos explicativos e um laço vermelho, em fita de cetim, para ser utilizado no peito.



Dia Mundial de Luta contra a AIDS mobilizou estudantes e professores em Recife

Sexualidade: qual o papel da escola?

Letícia Érica Gonçalves Ribeiro

Educadora da Rede Municipal de Educação de Goiânia, doutoranda em Literatura pela Universidade da Sorbonne-Paris



A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza a sexualidade como um aspecto do ser humano que não se pode separar dos outros aspectos da vida. Ela influencia nossos pensamentos, sentimentos e ações, bem como a saúde física e mental e, portanto, deve ser considerada um direito básico do ser humano. Sendo assim, a sexualidade é indissociável da educação, da saúde e da cidadania.

A escola tem como responsabilidade prezar pela saúde de seus alunos e, sobretudo, formar cidadãos conscientes, críticos e responsáveis, tanto em uma dimensão individual quanto social. A educação sexual, no meio escolar, é um componente primordial para a construção desse cidadão, bem como na prevenção de agravos à saúde e à integridade física e mental dos estudantes, desconstruindo mitos, tabus e preconceitos.

Uma abordagem abrangente

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), visando uma educação voltada para a construção da cidadania, propõem, em forma de temas transversais, a inclusão da orientação sexual no currículo escolar. Neles, a sexualidade é consi-

derada como algo inerente à vida e à saúde e deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões a ela relacionadas, incluindo posturas, crenças, tabus e valores.

A proposta de orientação sexual dos PCN caracteriza-se por trabalhar o esclarecimento e a problematização, a fim de favorecer a reflexão e a ressignificação das informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um. Ela ressalta, ainda, a importância de se abordar a sexualidade não somente do ponto de vista biológico mas, principalmente, em relação aos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos.

Segundo os PCN, a orientação sexual deve fazer parte do Plano Político Pedagógico da escola, sendo desenvolvida de forma continuada por todas as disciplinas, não apenas com ações pontuais e/ou isoladas. Ela deve contribuir para a construção de seres livres, capazes de desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, bem como para garantir o acesso à saúde, ao conhecimento e à informação, direitos fundamentais de todo cidadão.

Contudo, pesquisas revelam que outra é a realidade encontrada em grande parte das instituições de ensino no Brasil. Apesar da visível e urgente necessidade de abordar o tema da sexualidade, deparamo-nos com instituições e/ou profissionais de educação que não se comprometem, não se importam e/ou não se sentem capazes ou à vontade para tratá-lo de forma adequada e aberta com seus alunos.

A sexualidade, como um aspecto inerente ao ser humano, acompanha o indivíduo em cada fase da vida e se manifesta sob formas multifacetadas, portanto não é possível ignorar as diversas maneiras de expressá-la por parte de crianças e adolescentes no âmbito escolar. É através de comportamentos, que muitas vezes ignoramos, reprovamos, criticamos ou repreendemos, que o estudante expresse seus anseios, suas angústias, seus medos, suas necessidades e suas dúvidas sobre a sexualidade.

Por uma educação libertadora

O educador, atento às manifestações anteriormente citadas, pode, ainda, ajudar a criança e o adolescente a se prevenir ou se libertarem de uma situação de vio-

lência ou de abuso sexual. Pois certas atitudes do estudante são como um grito de socorro, que grande parte dos educadores não consegue ouvir, devido aos preconceitos e à ignorância diante de determinados comportamentos relacionados à sexualidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata o abuso sexual como uma violação dos Direitos Humanos e, segundo ele, a prevenção contra esse tipo de abuso deve acontecer por meio de um trabalho educativo global, enfocando a educação para a saúde sexual. Assim sendo, o educador comprometido com o processo educativo, precisa saber observar, diagnosticar e ajudar aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. O ECA, no Artigo 245, afirma que é obrigação do professor e da instituição de ensino comunicar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento, envolvendo suspeitas ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente. O não cumprimento implica pena de multa de três a 20 salários mínimos, ou o dobro, em caso de reincidência.

A escola deve estar preparada para apreender e compreender todas as manifestações do educando, a fim de orientá-lo em suas buscas, ajudá-lo a sanar dúvidas e superar medos, incitá-lo a refletir, questionar e descobrir o melhor caminho a ser trilhado. Pois a sexualidade na escola visa principalmente levar aos alunos, a partir dos seus conceitos e vivências, as informações e conhecimentos que permitirão compreender as diferentes dimensões da sexualidade, suscitando a reflexão

e o desenvolvimento de atitudes de responsabilidade individual, familiar e social.

.....

**“A sexualidade
acompanha o
indivíduo em cada
fase da vida e se
manifesta de forma
multifacetada”**

.....

Para isso, é necessário que a sexualidade na escola seja trabalhada de forma transversal, integral e imparcial, considerando a necessidade e a realidade de cada indivíduo. É fundamental que todos os envolvidos no processo educativo considerem a importância do tema e aprendam a lidar com ele, despidendo-se de preconceitos, tabus e resistências, pois acreditamos que este é um dos caminhos para uma educação libertadora e transformadora.

Políticas públicas e ONG

Existem políticas públicas para auxiliar a escola na formação integral do estudante, como o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que tem por objetivo a prevenção eficiente com jovens. Ele recomenda que a educação e a assistência à saúde, relacionadas à vivência da sexualidade, devem incorporar as dimensões de gênero, de orientação e identidade sexual, erotismo, emoção e reprodução, bem como o reconhecimento da diversidade étnico-racial, a assunção de conjun-

tos de valores éticos e o exercício da cidadania.

Portanto, se os gestores, em todas as instâncias, assumissem o compromisso de fortalecer a implantação e implementação dos projetos preconizados pelas políticas públicas em educação e saúde, haveria a garantia de uma educação libertadora baseada na cidadania, na democracia, na igualdade e na justiça social. Os educadores não deveriam, porém, esperar as condições ideais de trabalho para impulsionar as transformações na abordagem integral do educando e a escola deve buscar meios de desenvolver com êxito o seu importante papel na formação do estudante.

A parceria com a sociedade civil é outro caminho possível para concretizar a proposta de abordar a sexualidade no âmbito escolar. Diante da dificuldade da maioria dos educadores em lidar com o tema e de desenvolver projetos relacionados à educação sexual, deve-se buscar as ONGs para promover a capacitação de professores ou atividades periódicas com os alunos e a comunidade - uma alternativa que a escola não deve negligenciar. Nesse aspecto, o Centro Popular da Mulher de Goiás* e a União Brasileira de Mulheres** são instituições que têm se mostrado disponíveis e atentas às demandas da escola, no que diz respeito aos projetos, atividades e capacitação relacionados a gênero, sexualidade, saúde, cidadania e Direitos Humanos.

* <http://centropopulardamulher.blogspot.com/>

** <http://www.ubmulheres.org.br/>

“Não se nasce mulher: torna-se mulher”

A frase de Simone de Beauvoir revela a personalidade deste ícone feminista, envolvido em todos os embates intelectuais do século XX e que teria completado 100 anos no dia 9 de janeiro de 2008. Mais de duas décadas depois de sua morte, continua o modelo da mulher liberal moderna

Foto: Elliot Ervitt / Magnum Photos

Escritora e feminista, Simone de Beauvoir morreu em 14 de abril de 1986, em sua cidade natal, Paris. Integrou o grupo de escritores filósofos que deu transcrição literária aos temas do Existencialismo – um movimento que teria enorme influência na cultura europeia de meados do século passado, com repercussões no mundo inteiro. Ela é conhecida primeiramente por seu tratado *Le Deuxième Sexe* (O Segundo Sexo), de 1949, um apelo intelectual e apaixonado pela abolição do que ela chamou o mito do “eterno feminino”. Obra que se

tornaria um clássico da literatura feminista.

Um século se passou desde seu nascimento e, nesse período, as mulheres se desfizeram dos espantalhos, fizeram valer seu direito de voto e de controle da natalidade, tiveram acesso à educação superior e obtiveram reconhecimento profissional. Hoje, nos países ocidentais, há mais mulheres que homens nas universidades.

Mas, apesar da repercussão mundial da obra de Simone de Beauvoir e de sua influência na luta feminista ao longo do século XX, a brecha entre os sexos permanece.

No Ocidente, as mulheres têm menos oportunidades que os homens de chegar a cargos importantes, com remuneração inferior no desempenho de tarefas iguais.

No Brasil, pesquisas revelam boas e más notícias do ponto de vista das mulheres e da desigualdade de um modo geral. De positivo, houve redução das desigualdades no país, sob qualquer dimensão. Do ponto de vista de gênero, por exemplo, diminuiu a diferença salarial entre homens e mulheres, embora o ritmo seja, ainda, lento.

“Se nós fizermos uma conta rápida, com os dados da última

PNAD, pelo andar normal da carruagem levaríamos 87 anos para eliminar a diferença salarial que há no Brasil, entre gêneros, isso sem contar com a dupla discriminação e a desigualdade ainda maior das mulheres negras”, revela a ministra Nilceia Freire, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM).

A verdade é que o legado de Simone de Beauvoir se reflete, em maior ou menor proporção, por todo o planeta. Juliana Albuquerque, pesquisadora do Grupo Hegel da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP/PE), onde desenvolve pesquisa sobre a relação da filosofia de Hegel e a obra de Simone de Beauvoir, defende que “existe espaço para Beauvoir nos dias de hoje, visto que os problemas levantados pelo seu pensamento ainda se apresentam em nossa realidade. Basta dizer que muito embora as mulheres tenham alcançado certa ascensão social, ainda não temos uma resposta para a pergunta posta por Beauvoir em O Segundo

“A minha liberdade não deve procurar captar o ser, mas desvendá-lo”

Sexo: “O que é a mulher?” Ou seja, o que é existir enquanto mulher?

Mais velha de duas filhas de Georges de Beauvoir, um advogado, e Françoise Brasseur, Simone optou por se livrar de suas origens burguesas. Filha exemplar e aluna brilhante, teve uma infância tranquila e marcada pela dedicação aos estudos. Aos 21 anos, tornou-se a mais jovem professora de seu tempo. Lecionou filosofia e publicou o primeiro romance, *L'Invitée* (A convidada), em 1943, aos 35 anos.

Na escola, teve como melhor amiga Elizabeth Mabilille (Zaza), com quem teve uma relação de muitos anos abruptamente rompida com a



Paris, 1970. Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre vendem « A Causa do Povo », jornal da esquerda proletária

Obras de Simone de Beauvoir

- 1943 | A Convidada | *L'Invitée* | romance
- 1944 | Pírrhus et Cinéas | ensaio
- 1945 | Les Bouches Inutiles | peça de teatro (em 2 atos e 8 quadros)
- 1945 | O Sangue dos Outros | *Le Sang des Autres* | romance
- 1946 | Todos os Homens são Mortais | *Tous les Hommes sont Mortels* | romance
- 1947 | Por uma Moral da Ambigüidade | *Pour une Morale de l'Ambigüité* | ensaio
- 1947 | L'Amérique au Jour le Jour | ensaio
- 1948 | L'Existencialisme et la Sagesse des Nations | ensaio
- 1949 | O Segundo Sexo (I e II) | *Le Deuxième Sexe (I e II)* | ensaio
- 1954 | Os Mandarins | *Les Mandarins* | romance
- 1955 | Privilèges | ensaio
- 1955 | Deve-se Queimar Sade? | *Faut-il Brûler Sade?* | ensaio
- 1955 | O Pensamento de Direita, Hoje | *La Pensée de Droite, Aujourd'hui* | ensaio
- 1957 | A Longa Marcha | *La Longue Marche* | ensaio
- 1958 | Memórias de uma Moça Bem-Comportada | *Mémoires d'une Jeune Fille Rangée* | memórias
- 1960 | A Força da Idade | *La Force de l'Age* | memórias
- 1962 | Djamila Boupacha | testemunho
- 1963 | A Força das Coisas | *La Force des Choses* | memórias
- 1964 | Uma Morte Muito Suave | *Une Mort Très Douce* | memórias
- 1966 | As Belas Imagens | *Les Belles Images* | romance
- 1968 | A Mulher Desiludida | *La Femme Rompue* | romance
- 1970 | A Velhice | *La Vieillesse* | ensaio
- 1972 | Balanço Final | *Tout Compte Fait* | memórias
- 1979 | Quando o Espiritual Domina | *Quand Prime le Spirituel* | romance
- 1981 | A Cerimônia do Adeus | *La Cérémonie des Adieux* | memórias
- 1990 | Journal de Guerre | memórias
- 1990 | Lettres à Sartre (I e II) | memórias
- 1997 | Cartas a Nelson Algren | *Lettres à Nelson Algren* | memórias
- 2004 | Correspondance Croisée (avec Jacques-Laurent Bost) | memórias



Juliana Albuquerque: "As ideias de Beauvoir continuam inquietando as novas gerações"

morte precoce de Zaza. O episódio foi narrado, posteriormente, em seu primeiro livro autobiográfico, "Memórias de Uma Moça bem-comportada", em que critica os valores burgueses.

Conheceu Jean-Paul Sartre na Sorbonne, no ano de 1929, e logo uniu-se estreitamente ao filósofo e a seu círculo, criando entre eles uma relação polêmica, uma convivência "aberta" (pois o casal tinha experiências amorosas com terceiros) e fecunda, o que lhes permitiu compatibilizar as liberdades individuais com a vida em comum.

Sem se casar oficialmente e conduzindo relações paralelas, a relação dos dois - tanto intelectual quanto amorosa - perdurou por mais de cinquenta anos, até a morte dele, em 1980. Uma postura ainda hoje considerada moderna e avançada: No século XXI, apesar de todas as configurações que a família assumiu e de seus modelos

repaginados, são poucas as pessoas que aceitam ou vivem um relacionamento amoroso aberto, em casas separadas, no modelo cunhado por Sartre e Beauvoir.

“É horrível assistir à agonia de uma esperança”

Também são poucos os que optam por não ter filhos. “Quem se impressiona com Angelina Jolie e Brad Pitt andando juntos pelo mundo a serviço de causas humanitárias é porque não viu, em meados do século passado, Beauvoir e Sartre fazendo a mesmíssima coisa”, revela em seu site Cynthia Semiramis Machado Vianna, professora do curso de Comunicação Social da UFMG e dos

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem”

curso de especialização da Escola Superior Dom Helder Câmara.

Simone e Sartre visitaram o Brasil entre agosto e novembro de 1960, cobrindo 12 mil quilômetros de viagem, tendo o escritor Jorge Amado como guia. Foram também a Cuba, recebidos por Fidel Castro e Che Guevara. Sempre tiveram marcada atuação política, manifestando-se contra o governo francês por suas intervenções na Indochina e na Argélia; contra a perseguição dos judeus durante a Segunda Guerra; contra a invasão americana do Vietnã e em muitas outras ocasiões.

Juliana Albuquerque explica que a obra de Simone de Beauvoir “não tem prazo de validade”. E avalia o seu legado como um verdadeiro empreendimento filosófico: “Visto dessa maneira, as ideias de Beauvoir continuam inquietando as novas gerações, que recorrem aos seus textos para melhor questionar a si próprias e a realidade histórica tal como se apresenta”, afirma.

Segundo ela, atualmente o meio acadêmico tem procurado recolocar em discussão determinados temas da obra de Beauvoir, como o seu pensamento moral. “Através da análise acurada da

moral proposta por Simone de Beauvoir, acredito que se possam vislumbrar novas chaves interpretativas para um pensamento da intersubjetividade”, diz.

“O Segundo Sexo”, publicado em 1949, foi um manifesto pioneiro do feminismo, no qual propõe novas bases para o relacionamento entre mulheres e homens. Quando lançado, o termo ‘feminismo’, aliás, nem sequer havia sido cunhado. Os capítulos sobre a sexualidade feminina escandalizaram a sociedade e provocaram polêmica nos círculos literários. Beauvoir foi severamente atacada, ao falar sobre o corpo da mulher e a sexualidade feminina, rompendo importantes tabus. O Vaticano pôs o livro no *index*. Mas, a despeito de tudo, foi sucesso absoluto de vendas, traduzido para 40 idiomas, com mais de um milhão de exemplares vendidos.

Em O Segundo Sexo, Simone de Beauvoir examina a condição feminina em todas as dimensões: a sexual, a psicológica, a social e a política. E propõe os caminhos que podem levar à libertação não só das mulheres como, sobretudo, dos homens. A própria autora afirma: “O certo é que até aqui as possibilidades da mulher foram sufocadas e perdidas para a humanidade; já é tempo, em seu interesse e no de todos, de deixá-la enfim correr todos os riscos, tentar a sorte”.



AS LUTAS FEMINISTAS DE HOJE

- » Combater qualquer forma de discriminação, no trabalho, na política ou na área educacional.
- » Inserção social e aceitação de negras, indígenas, jovens, idosas, lésbicas, etc.
- » Debater os direitos sexuais e reprodutivos, como descriminalização do aborto e acesso à rede pública de saúde para preservar a saúde da mulher.
- » Combater definitivamente a violência contra as mulheres.
- » Reorganizar os papéis de marido e mulher, propiciando um equilíbrio de trabalho entre o casal.
- » Fazer com que padrões sexistas e a exploração do corpo feminino não sejam reproduzidos nos meios de comunicação.

AS CONQUISTAS

Voto

As mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil em 1932.

Trabalho fora de casa

Apesar de as mulheres terem conquistado maior participação no mercado de trabalho a partir da década de 1970, as diferenças salariais em comparação com os homens ainda existem.

Representação política

Elas se empenharam e, desde a 1990, 30% da candidatura a cargos eletivos foram das mulheres. No entanto, em 2008, somente 7,52 % dos prefeitos e 12,65 % dos vereadores eleitos eram mulheres.

Costumes e sexualidade

Leila Diniz, a atriz ainda lembrada pela sua imagem grávida na praia, foi símbolo da revolução sexual e de comportamento, da qual o Brasil participou na década de 1960.

Em agosto de 2008, a Suprema Corte do México garantiu a constitucionalidade da lei que descriminaliza o aborto na Cidade do México. Lá, as mulheres poderão interromper a gravidez até a 12ª semana.

Serviços de saúde

Em 1980, surgem os primeiros programas de atendimento à saúde da mulher no Brasil.

Combate à violência

Também na década de 1980, a mulher vítima de violência ganha serviços de atendimento e a primeira delegacia da mulher. Em 2002, o governo Lula cria uma secretaria especial para as mulheres e em 2006 é promulgada a Lei Maria da Penha.

Economia

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 (LDO) inclui entre as prioridades na elaboração e execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2009 diretrizes de redução das desigualdades de gênero, raça e etnia.

O que é ser mulher?



Por: Milton B de Almeida Filho*

Durante longo tempo, a filosofia e a ciência desqualificaram a mulher, tornando-a uma obviedade desinteressante para a investigação racional. Mais que isso, a apropriação privada que aprisionou-a à vida doméstica, impedindo-lhe uma visão ampla de suas possibilidades como ser humano, hoje a objetifica e mercantilha, faz do corpo feminino um meio de acesso à vida pública, para eternizá-la como objeto de desejo dos machos. A situação de silêncio, obscuridade e banalidade em que se colocou a mulher impõe, como desafio político estratégico, a tarefa de trazer à luz sua voz, sua mente, sua condição humana.

O conhecimento sobre a mulher é parte indispensável do processo de libertação de mulheres e homens do jugo do capital. Mas o que é ser mulher, o que é existir na condição feminina?

Feminilidade ou condição feminina de existência é o conjunto de condições socioeconômicas, ambientais e corporais (condições materiais de vida), hábitos, rotinas e tradições (estilo de vida), conceitos, princípios e valores (concepção de vida) que formam a vida da mulher.

Na história concreta da espécie humana, a feminilidade se expressa positivamente em diferentes dimensões nas quais se realiza a condição humana em geral. Reúnem um conjunto diverso de atributos e processos sócio-culturais, psicológicos e biológicos. Mas os que caracterizam a feminilidade só podem existir através da mediação da masculinidade. Por quê?

A mulher no espelho masculino

Os seres humanos são os únicos que conseguem e necessitam desenvolver uma vida individual radicalmente social. Sua mente e comportamento, sua vida subjetiva e atividade prática se entrelaçam num emaranhado de determinações, orientadas pela profunda interdependência para produzir a própria existência*. Somos irremediavelmente gerados e mantidos por outros seres humanos, sem o que não sobrevivemos ou mantemos a humanidade. Precisamos produzir e reproduzir a vida material, os instrumentos e as formas coletivas de realizar essa produção, reproduzir outros seres

* O ser humano nasce incompleto biologicamente. O sistema sensorial e motor do bebê continua a se desenvolver em aspectos vitais após o nascimento e sob influência ativa dos estímulos ambientais, especialmente os de natureza social.

humanos e cuidar de nossa própria espécie (fato que alguns marxistas muitas vezes esquecem). Para Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*:

“O terceiro aspecto que inter-vém diretamente no desenvolvimento histórico é o fato de os homens, que a cada dia renovam a sua própria vida, criarem outros homens, reproduzirem-se; é a relação entre o homem e a mulher, os pais e os filhos, a família (...). Esta família, que é inicialmente a única relação social, transforma-se numa relação subalterna (...) quando o acréscimo das necessidades engendra novas relações sociais e o crescimento da população dá origem a novas necessidades” (Marx e Engels, página 34, 1986).

Se concordamos com isto, o primeiro fator determinante da vida objetiva e subjetiva das mulheres e dos homens é a relação que eles estabelecem para a reprodução da espécie, a constituição da família e a realização dos cuidados necessários ao bebê, absolutamente dependente dos adultos (ver nota 1). A vida familiar, que nas sociedades de classe se transformou numa espécie de embotamento e estreitamento da existência da mulher, pode e deve ser revitalizada aqui e agora, no processo geral de emancipação, que se constrói no enfrentamento concreto das formas de convívio patriarcal, predominantes na vida familiar burguesa.

Neste sentido, não se pode entender cientificamente a complexidade da condição feminina,

sem a masculina, como opostos; nem subsumindo um ao outro, como se faz tradicionalmente ao se tomar como modelo para a compreensão do que é ser mulher a condição de existência dos homens.

No paradigma científico dominante, entretanto, as teorias explicam a condição feminina, reduzindo-a a uma das dimensões da feminilidade, porque a identificação dos determinantes que a explicam baseia-se em regras de simplificação e redução, que escamoteiam a complexidade e, portanto, a multideterminação dos objetos, característica ontológica dos fenômenos humanos. Nos estudos sobre a condição feminina sob o paradigma científico reducionista e anti-dialético, explica-se a feminilidade por fatores isolados ou agrupados sob uma única dimensão. Enquadram-se nessa classificação todas as explicações preponderantemente biológicas, que enfatizam as funções reprodutivas femininas ou diferenças genéticas entre homens e mulheres; as explicações que privilegiam fatores psicológicos e a experiência vivida; ou, ainda, as explicações de viés cultural, determinadas pelas diferentes maneiras como o meio social e os valores formatam, modelam ou produzem os significados de ser homem e mulher.

As explicações biocistas estão provisoriamente em minoria nos círculos feministas e progressistas. Contudo, persistem na sociobiologia e psicologia evolucionista norte-americana cujas tentativas de estender a lógica do darwinismo a todos os terrenos

são amplamente respaldados por setores políticos e econômicos conservadores (Lewontin, R. C.; Rose, S. & Kamin, L. J. 1984).

Os estudos reducionistas sobre a feminilidade seguem a finalidade de previsão e controle do comportamento, como na maioria das ciências sociais, desde a fundação da Economia, da Sociologia, da Etnografia e da Psicologia (Lacey, 1998). Predominam na literatura científica os estudos descritivos, que visam levantar e diagnosticar a realidade feminina para que diferentes agentes públicos e privados tomem decisões. Nesses casos, obedece-se rigorosamente à divisão de trabalho das sociedades capitalistas baseada na suposta neutralidade da ciência. Os estudos versam sobre a participação política da mulher, suas crenças religiosas, condição étnica e racial, inserção no mundo do trabalho, gravidez, parto e maternidade, políticas públicas e participação política, os diferentes usos e abusos do corpo feminino etc. Em muitos casos, vão além da descrição e denúncia de situações concretas e fazem comparações entre a condição feminina e masculina nos contextos e situações já apontados.

Os estudos descritivos e comparativos são exemplares da “ciência normal”, conforme definiu Thomas Kuhn (1987): trabalham rigorosamente dentro do paradigma tradicional e produzem vasta informação sobre aspectos parciais do fenômeno investigado. Mas, apesar das limitações, ajudam a tornar mais visível a opressão da mulher e produzem informação útil

para políticas públicas, parte das conquistas democráticas da luta das mulheres pela emancipação.

Dentre os que contestam a forma dominante de produzir conhecimento científico estão as feministas, que estruturam sua investigação em torno da categoria gênero. Diferentemente do reducionismo tradicional, os estudos de gênero procuram compreender a condição feminina em íntima conexão com a masculina, enfatizando as relações de dominação e exploração patriarcais, dando mais

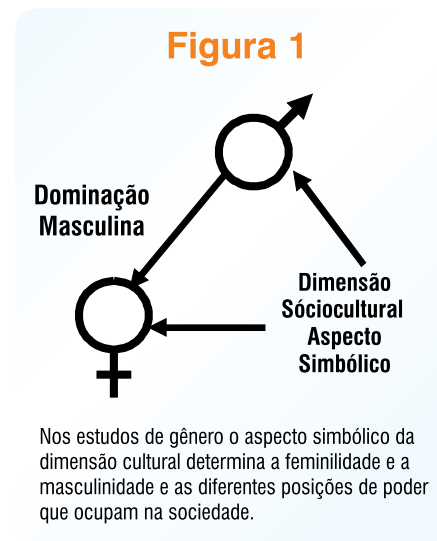
“No paradigma científico dominante as teorias explicam a condição feminina, reduzindo-a a uma das dimensões da feminilidade”

atenção à produção teórica e metodológica e à criação de modelos explicativos abrangentes. Nesta área também se encontram os setores que atacam o feminismo marxista a partir de uma posição à esquerda.

Tornam-se cada vez mais evidentes, entretanto, as limitações dessa abordagem. De um lado, o diálogo entre o masculino e o feminino quase nunca segue procedimento dialético, pois a relação é concebida como oposição sem complementaridade, seja porque se eliminam as dimensões onde

existem até semelhanças mais evidentes (a biológica e a psicológica), seja porque o uso de regras simplificadoras induzem a investigação a comparações entre condição feminina e masculina, limitando-se a estudos descritivos. O uso de referências metodológicas reducionistas resultou também na identificação de propriedades e atributos da condição de gênero a significados socialmente produzidos. Esse princípio apreende a totalidade da condição de gênero, investigando só o aspecto simbólico da dimensão sócio-cultural. Configura-se, assim, sua mais importante limitação metodológica: a redução da feminilidade a determinantes sociais e a do social ao aspecto simbólico.** A Figura 1 mostra como os estudos de gênero, ao criticar o marxismo, afastam-se da descrição dialética dos elementos que constituem a condição feminina de existência.

A ênfase em relações de poder como expressão única ou principal das relações entre homem e

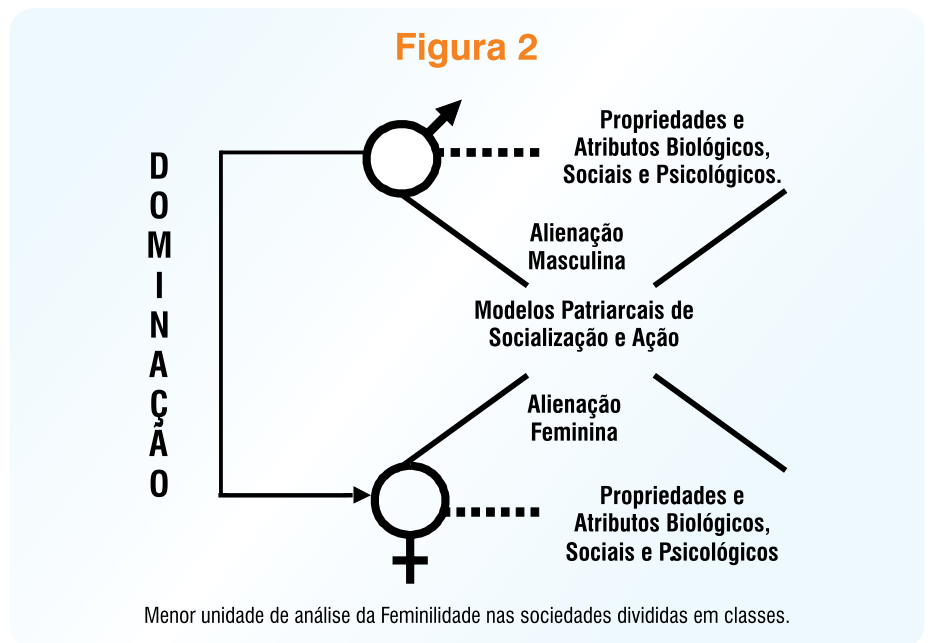


** Para um estudo mais abrangente e crítico sobre o conceito de gênero, ver Revista Crítica Marxista nº11.

mulher encobre outro aspecto fundamental: a alienação que atinge os dois pólos da contradição. Dominantes e dominados são seres alienados de si mesmos, de suas potencialidades e qualidades humanas.

De um ponto de vista dialético, a interpenetração entre masculino e feminino não resulta apenas em relações de poder e dominação, histórica e socialmente construídas, mas em um modo de ser e viver que separa e une homens e mulheres. Significa que a mulher vive e expressa sua condição biopsicossocial por meio de formas históricas de dominação masculina, os modelos patriarcais. Tais modelos se impuseram ao longo da sua história evolutiva, social e pessoal pela violência física e psicológica, mas também pela adesão de uma parcela das mulheres.

O modo como a mulher vive o seu próprio corpo, sexualidade ou maternidade, a maneira como se comporta e pensa o trabalho, a escola, a família, o lazer, os papéis e funções sociais que deseja e se prepara para exercer são concretizados por modelos e normas sociais, que visam à manutenção da ordem social vigente, na qual o homem não só exerce o poder econômico, político e ideológico mas o faz em nome de valores e regras sociais que preservam as diferenças e a dominação masculina e para os quais se monta enorme aparato institucional de produção e reprodução. Neste sentido, o patriarcalismo domina todas as instituições responsáveis pela socialização das sucessivas gerações nas sociedades divididas em classes.



Como usar esses princípios para compreender e revelar a condição feminina enquanto conhecimento e luta social?

Se um ente concretiza a positividade por meio da sua negatividade, a única maneira de reduzir ao mínimo a alienação é diminuir

“Nos estudos de gênero o aspecto simbólico da dimensão cultural determina a feminilidade e a masculinidade e as diferentes posições de poder que ocupam na sociedade.”

a distancia de seu negativo. O raciocínio é igualmente válido para o pólo masculino, que, na condição de dominador, concretiza sua positividade através da negatividade encoberta e mutilada pela própria dominação que exerce. Assim, a feminilidade é uma espécie de imagem falsa, porque encobriu o potencial humano da mulher, mas é também uma auto-imagem incompleta e distorcida, porque o feminino com o qual o homem se relaciona é uma projeção de sua própria imagem idealizada. Esta é a forma concreta pela qual se alienam homens e mulheres nas sociedades dominadas por modelos patriarcais de produção, reprodução e controle social. A Figura 2 ilustra-o bem.

Ao aceitar o modelo de análise dos estudos de gênero, o processo de emancipação feminina se dá pelo equilíbrio de poderes ou a inversão da dominação. Se, entretanto, adota-se o enfoque marxista, com algum esforço

intelectual e muita luta, pode-se descortinar o processo social para romper as barreiras políticas que dividem a nossa espécie e oprimem a mulher, superando a alienação, origem de todas as opressões. Só dessa forma será possível visualizar o enorme percurso histórico a ser percorrido para alcançarmos um modo de vida comunista, baseado na emancipação revolucionária das mulheres e dos homens.

As transformações biopsicossociais femininas ocorreram antes dos modelos patriarcais de socialização e ação e existirão depois que eles forem superados pela luta revolucionária, soterrados pela história. Elas têm, portanto, precedência e transcendência frente a qualquer modo de dominação masculina ou alienação.

A mulher diante de si mesma

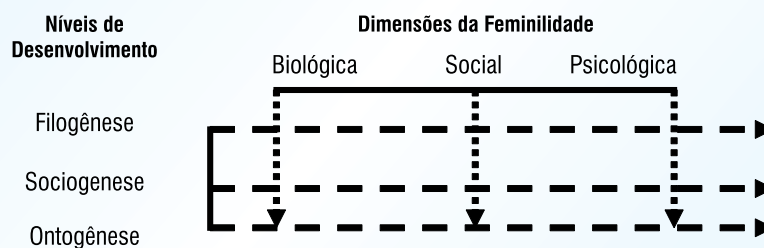
Os fenômenos humanos possuem três características indissociáveis: 1) São, essencialmente, relações sociais, 2) Têm a sua gênese e desenvolvimento ao longo de um tempo biológico, histórico e pessoal irreversíveis e 3) São determinados em última instância pela produção e reprodução da vida material.

O fenômeno humano passa por transformações simultâneas em três aspectos, diferentes e interconectados: o nível de desenvolvimento filogenético ou filogênese, onde ocorrem transformações de ordem evolutiva, particularmente o surgimento do trabalho e da linguagem, que envolvem diferenciadamente toda a espécie humana e podem ser ob-

servadas em unidades temporais, medidas em milhares de anos; o nível de desenvolvimento sociogênico ou sociogênese, onde ocorrem transformações históricas, que produzem sucessivos e distintos modos de produção e de vida e separam os seres humanos em classes, gêneros, etnias etc; e o de desenvolvimento ontogênico ou ontogênese, com transformações que acompanham todo o ser humano, do nascimento à morte. A Figura 3 permite visualizar estas interconexões.

dimensões leva ao reducionismo cujo produto final é a imagem incompleta e distorcida da mulher. Entretanto, as transformações nos níveis de desenvolvimento obedecem a uma lógica temporal completamente diferente das que ocorrem nas dimensões da feminilidade. Transformações filogenéticas significativas podem levar dezenas ou centenas de milhares de anos; as sociogenéticas podem não acontecer ou durar por dezenas ou centenas de anos; e, as ontogenéticas, ocorrer em meses

Figura 3



Na figura 3, as dimensões da feminilidade estão interconectadas, assim como os níveis de desenvolvimento. Qualquer privilégio causal para uma das

ou anos na dimensão social e, diariamente, nas dimensões biológica e psicológica da mulher. Isto significa que, quando se olha para aquelas que positivam a feminilidade, o que se vê são mudanças de forma diferenciada nas dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Enquanto o corpo, a mente e as emoções da mulher estão em permanente transformação, as condições sociais de sua existência podem permanecer durante toda a vida. Como todo esse processo de mudança é mediado por modelos patriarcais, em instituições sociais conservadoras, as distintas formas de viver a corporeidade, a

“O feminino com o qual o homem se relaciona é uma projeção de sua própria imagem idealizada”

racionalidade e a afetividade estão em tensão, mas circunscritas aos limites impostos pela hegemonia desses modelos.

“A emancipação feminina é parte da emancipação humana e depende da resposta à pergunta: o que é ser mulher?”

Quanto às dimensões, se qualquer ênfase nos retira do campo da dialética, o mesmo não se pode dizer dos níveis de desenvolvimento. Neste caso, há uma prioridade ao se identificar o alcance das transformações: quando ocorrem apenas no nível ontogenético, não atingem os modelos patriarcais, fenômenos sociais com uma dinâmica transformadora de longa duração devido à sua institucionalização, persistência e, principalmente, pelo lugar que ocupam na produção, reprodução e controle da ordem econômica vigente.

A figura também mostra que cada uma das dimensões sujeita-se a transformações em todos os níveis. Devemos investigar como o corpo feminino se modificou, diferentemente e em interação com o masculino, ao longo da escala evolutiva, que pontos cruciais dessa escala marcam as transfor-

mações qualitativas que fizeram homens e mulheres com a estrutura e as propriedades biológicas que hoje possuem. Devemos também investigar como mulheres e homens foram vivendo de maneira qualitativamente nova sua existência corporal, os diferentes usos do corpo feminino e masculino ao longo do tempo histórico. Deve-se olhar, também, para as transformações do corpo ao longo de nossa curta existência pessoal e como vivemos as mudanças na condição de mulheres e homens. O mesmo se deve fazer com a dimensão psicológica para enriquecer a investigação e a consciência sobre a condição da mulher.

Além disso, todas as transformações ocorrem sob a mediação de modelos patriarcais de socialização e, portanto, o conhecimento sobre a feminilidade, fundamental à emancipação, seria tosco e frágil se não investigasse a fundo o seu surgimento e desenvolvimento ao longo da escala evolutiva, se existiram ou não fenômenos que facilitaram sua imposição. Além disso, é igualmente estratégico compreender como se sustentaram ao longo da história humana, como os diferentes modos de vida e produção se apoiaram neles e, finalmente, como tais modelos são objetivados e subjetivados, ao longo da vida.

Do ponto de vista materialista e dialético, a ideia central é a de que a emancipação feminina é parte da emancipação humana e depende da resposta à pergunta: “o que é ser mulher?” O que fiz foi tentar responder a esta questão.

Mas, que tipo de sociedade pode de fato extirpar a dominação masculina e minimizar a alienação humana, que modo de vida poderá abrigar mulheres e homens emancipados são questões, afinal, que precisam ser respondidas para que o movimento de emancipação tenha rumo e direção seguros.

REFERÊNCIAS:

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Lisboa: Editorial Presença, 1986, pág 34.

LEWONTIN, R. C., Rose, S. e KAMIN, L. J. **Biologia, Ideologia e Natureza Humana**. Lisboa: Publicações Europa-America, 1984.

LACEY H. **Valores e Atividade Científica**. São Paulo: Fapesp. 1998.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

Revista Crítica Marxista. **Dossiê Marxismo e Feminismo**. Nº 11. Campinas: Unicamp, 2000. p: 63-108.



* **Milton B. de Almeida Filho**
Psicólogo, com mestrado em saúde coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Professor de História e Filosofia da Psicologia na Fundação Baiana para o Desenvolvimento das Ciências.

Os meus, os seus, os nossos: o novo desafio da família

Os novos tempos trouxeram modelos repaginados dos núcleos familiares. Mas os papéis clássicos de responsabilidades e impor limites continuam os mesmos

A vida imita a arte ou seria o contrário? A verdade é que o enredo do filme “Os meus, os seus, os nossos” (Yours, Mine and Ours, 2006), reflete uma realidade cada vez mais comum no cotidiano das famílias do século XXI. Muita coisa mudou nos últimos cem anos e a estrutura clássica composta por pai, mãe e filhos, adicionando-se a isso o casamento duradouro, adota hoje formatos híbridos que desafiam os relacionamentos humanos e requerem muita reflexão sobre o chamado “núcleo familiar”.

“Na realidade, sem dúvida nenhuma houve o aumento da diversidade do núcleo familiar, mas as tarefas continuam as mesmas. A família moderna tem funções clássicas que continuam sendo exercidas mas, ao mesmo tempo, tem um contexto social que tolera uma diversidade muito grande”, avalia Adriana Wagner, professora adjunta do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Dinâmica das Relações Familiares.

Renato Fernandes Alves, 41 anos, e Raquel Cauduro de Cunto, 38, vivem juntos há quase 12 anos com os filhos dela e dele. Raquel ficou viúva em 1991, pouco tempo depois de a filha Luisa nascer. Em 1997, ela se casou com Renato, que também já tinha uma filha, a Bianca, três anos mais velha que Luisa. “A idade facilitou muito a integração das duas, uma fazia companhia para a outra”, afirma Renato.

*Renato e família:
convivência harmoniosa*



Foto: Arquivo pessoal

Raquel lembra que, para Luisa, a chegada de Renato na família representou o retorno da figura paterna em casa. “No baile de formatura da oitava série, Luisa registrou no convite o nome de Renato como pai. Em casa, ela o chama pelo nome, mas para as amigas, Luisa o chama de pai”, diz Raquel.

A relação de Bianca, filha de Renato, com Raquel também foi harmoniosa. A jovem, que quase sempre viveu com a ex-mulher de Renato, passava os finais de semana na casa de Raquel. “Bianca manifestava ciúmes porque o pai dividia a atenção com Luisa, mas era algo natural, nada prejudicial. Ela conversa abertamente comigo. Prá ela eu sou a tia Rá”, comenta.

Lucineide Maria Moura, a Neide, como é conhecida, de 35 anos, também é exemplo na construção de uma família moderna. Há onze anos, casou-se com Fernando Costa Campos, 65 anos. Ela, com cinco filhos, ele, com três. Se foi difícil? Ela mesma responde: “Não é tão ruim não. É fácil. Os meninos são calmos”.

Na casa, moram os cinco filhos dela e Cadu, o mais novo integrante da família: aos seis anos, é filho dos dois. Para Costa Campos a rotina familiar termina entrando nos eixos e a vida acontece de forma tranquila. “Enfrentamos as desavenças comuns entre irmãos, o que é natural”.

Repaginados

Estatísticas recentes do IBGE confirmam que o perfil da família moderna mudou. Antes, quando se projetava a imagem fa-



Adriana Wagner: família moderna tem funções que continuam sendo exercidas mas em um contexto social que tolera a diversidade

miliar, automaticamente, tinha-se em mente a figura dos pais, casados, com seus filhos. Hoje, sentir-se bem em família é um desafio frente à diversidade. Um desafio que especialistas consideram saudável, diante das inúmeras “configurações familiares existentes no contexto brasileiro atual, tais como separações, divórcios, uniões consensuais, casais sem filhos, recasamentos, dentre outras”, explica Adriana.

E a transitoriedade dos sentimentos? A família moderna está menos resistente ao modelo tradicional e a tolerância diminuiu? Especialistas concordam que é preciso considerar a efemeridade e a enorme velocidade nos relacionamentos modernos. Mas isto ocorre “porque o contexto das pesso-

as, hoje, não oprime e é relevante destacar que as pessoas não ficam mais casadas se não estão bem”, diz Adriana.

“Na contemporaneidade, as relações são mais verdadeiras. Há a leitura de que é mais efêmero, mas eu não concordo. Acho que relacionamentos muito longos são aqueles que se desgastam com o movimento natural. Claro que cada contexto acontece de forma diferente. Hoje as relações são mais declaradas”.

Limites

Os elementos novos que estão sendo apresentados diariamente às famílias modernas nada mais são do que itens que terminam “expressando velhas emoções que a família sempre enfrentou

como, por exemplo, o limite e o limitar entre a privacidade e controle que deve ser exercido”, observa.

“Antes, o que acontecia é que os filhos escreviam diários, sobre os pais que ficavam atrás para descobrir os segredos. Hoje, o que acontece é que os filhos têm sites e bloqueiam o computador para o pai não entrar em seus diários eletrônicos. Pontos importantes que se mantêm mesmo com o avanço tecnológico, que também termina influenciando as relações familiares modernas”.

“Um pai que não consegue controlar o número de horas de uso de internet ou o gasto celular é o mesmo que não conseguia impor limite aos seus filhos”, alerta Adriana. Ela chama a atenção para o arsenal de variedades de elementos que se introduzem na família moderna, deixando a tarefa educativa mais complexa,

o que não significa complicação, mas enriquecimento das relações.

“Os meus os seus e os nossos” - as novas tecnologias são recursos de desenvolvimento de novas habilidades”, dentro das possibilidades da família recasada. A convivência de irmãos que não são consanguíneos, mas os chamados ‘irmãos políticos’, pode vir a desenvolver habilidades sociais muito diferenciadas das que foram desenvolvidas por irmãos de um mesmo casal que passaram a vida inteira brigando pelo amor do pai e da mãe. “Essas crianças que hoje convivem com irmãos que não são consanguíneos, certamente estão negociando muito mais coisas do que simplesmente os sentimentos dos filhos”. O leque se abriu. “É preciso fazer uma leitura mais saudável desse modelo, em que os recursos aumentaram”, diz Adriana.

Dados do IBGE, de 2007, re-

velam ainda que, dentre outras conclusões, 67,6% dos casais querem ter filhos. Apesar da alta porcentagem, o número representa uma redução de 6% em relação há dez anos. “Nós temos que deixar de lado a ideia de problema, de déficit e de anormalidade nesses arranjos familiares, para buscar as características dessas famílias atuais”, explica.

O casal do início da reportagem, Renato e Raquel, concorda com Adriana: a busca pela harmonia familiar é possível entre recasados com filhos de ambas as partes e em comum. Em 2003, o clima na casa deles ficou ainda melhor com a chegada de Thaís, filha do casal. “Ela é o xodó de toda a família. Thaís não só facilitou a integração na casa como fez com que Renato pegasse menos no pé das outras meninas. Hoje é tudo uma família só”, afirma Raquel.

O papel da mulher na família

Apesar do novo modelo de família que se desenha no mundo moderno, pesquisas revelam que, no Brasil, continua existindo o que chamamos de dupla jornada de trabalho. As tarefas domésticas ainda são de responsabilidade principal das mulheres. O nível de compartilhamento ainda é muito baixo com o homem.

O Brasil ainda não tem uma pesquisa nacional sobre o uso do tempo dos trabalhadores e trabalhadoras ao longo do dia, mas, em 2001, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) incor-

porou uma questão sobre o tempo médio dedicado por semana aos afazeres domésticos. E “as discrepâncias entre homens e mulheres saltam aos olhos”, diz o Relatório das Desigualdades, divulgado em 2008 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Enquanto, em 2007, 89,9% das mulheres com 16 anos ou mais afirmavam cuidar de afazeres domésticos, somente 50,7% dos homens o faziam. Estas diferenças aparecem tanto na área urbana como na rural, entre brancos e negros, e atravessam todas as regiões do país, segundo o relatório.

No Brasil, a pesquisa, mesmo que de forma geral, trouxe um dado revelador: o número de horas que a mulher dedica às atividades do lar caiu quase quatro horas em média, em 2007, em relação a 2001. Mas elas ainda dedicam muito mais tempo do que os homens. Hoje, elas dedicam 27,2 horas por semana e, os homens, 10,6 horas. Esse fato pode ser explicado pelo aumento da presença feminina no mercado de trabalho ou, ainda, pela expansão do trabalho doméstico remunerado, analisa o relatório.

A transitoriedade do amor

Jô Moraes

Deputada Federal - PCdoB/MG

Artigo publicado no livro Esta Imponderável Mulher.



Há um novo componente nas relações entre homens e mulheres a desafiar os estudiosos da alma humana e os sofrendores de todas as espécies: a transitoriedade do amor.

Para muitos, o amor, no mundo moderno, é uma utopia. Para outros, uma inconseqüência. Para alguns, ainda é um sonho a perseguir. O fato é que a transitoriedade do amor, expressa no grande número de separações, atinge hoje diferentes setores da sociedade, nas mais variadas faixas de idade.

A Constituição teve de reconhecer essa realidade, expressão de que faliu a máxima religiosa: “até que a morte os separe”. No artigo 226, parágrafo 3º diz a nova Carta: “para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

O reconhecimento na lei de uma situação generalizada indica que o casamento tradicional faliu e há uma nova realidade nas relações inspiradas na afirmação poética de Vinícius de Moraes - “que seja eterno enquanto dure”. Mas algumas perguntas ficam no ar: Por que faliu o modelo antigo? Para onde caminhar? Para compreender

o que ocorreu é preciso recuperar a origem do casamento e as formalidades do seu desenvolvimento.

O matrimônio, segundo Jonh Stuart Mill, “é a única e verdadeira qualidade física que conhece a lei”. Nas circunstâncias em que surge, o casamento formaliza o domínio do homem sobre a mulher e seus descendentes. Isto foi usado não só para assegurar a legitimidade dos que receberiam a herança, como para aumentar a riqueza própria através dos dotes do pretendente. Gerado e desenvolvido sob a pressão de fatores econômicos, ao longo do processo histórico, o casamento veio marcado por distorções.

Há enorme distância entre a realidade da instituição e o “fim propriamente dito da união, a satisfação do instinto sexual e a propagação do ser próprio na propagação da raça”, de acordo com o filósofo alemão Bebel. Ele ainda afirma que “nossas condições sociais têm criado uma profunda contradição entre a pessoa como ser sexual e como ser social”.

Herdamos uma instituição, sob pressão permanente da sociedade, que se relaciona com o atendimento de uma necessidade natural. A sociedade procura interferir e controlar a escolha, até a forma como se vive o casamento. E os

comportamentos têm que se orientar pelo modelo tradicional da mulher: esposa abnegada, mãe dedicada, companheira dócil e submissa.

Tal modelo, defendido pela ideologia dominante, começou a ruir, em um processo acelerado pela nova realidade da mulher. Levada ao trabalho fora do lar pela pressão econômica, integrada ao processo coletivo, a mulher descobre as razões de sua insatisfação. E cria condições materiais para romper com as cadeias que a mantinham presa a vínculos já esgotados. A ciranda dos desencontros começa. E, com ela, a transição para um novo modelo, que ainda não existe em sua forma acabada.

Os conflitos da transição

A falência do casamento tradicional, em uma sociedade em crise política, econômica, moral e ética, não se dá com o surgimento de nova proposta e, sim, com a negação da velha. Por isso não se tem muito claro o que se quer construir.

Ainda faz parte da etapa histórica atual a ideia do casamento como “união”, legalizada ou não, para a satisfação afetivo-sexual e para a reprodução. “A alegria pela descendência e a obrigação para

com ela fazem com que a relação amorosa de duas pessoas perca mais” (Bebel). Mas a atualidade dessa ideia de casamento termina aí. O velho casamento, baseado em fatores econômicos, morreu. Sobrevive, apenas, entre os afortunados das classes dominantes. Findou o amor permanente, “eterno”, que, na verdade, nunca passou de uma fábula.

Mas, o que é o novo casamento? Existe ainda a perspectiva de uma relação permanente? Ou a transitoriedade nas relações veio para ficar?

Para começar, não se entende ainda por que uma relação se esgota. Há quem diga que o amor e a paixão se alimentam da possibilidade da perda. A certeza da posse levaria ao desinteresse e à acomodação. Outros vão mais além, indicando que a crise moral e ética da sociedade trouxe o esgotamento da ideia de amor, que sobreviveria apenas na atração sexual. A vida ao nosso redor revela que há parte de verdade nessas afirmações. Mas há fatores maiores do que os dramas da alma humana a interferir na própria organização do casamento.

A grande questão que se coloca é saber enfrentar as mudanças e, especialmente, as que se deram com a mulher, nos últimos anos. Sem dúvida, foram as mudanças operadas na vida da mulher, muitas delas radicais, que aceleraram a falência do modelo tradicional de casamento.

A mulher passou a ser mais exigente e mais ativa na relação amorosa, o que contraria o modelo de submissão e passividade a que o homem havia se acostumado.

“Quando eu fecho a porta do meu quarto, eu sou a prostituta do meu marido”, disse uma mineira sobre a sua sexualidade.

Um sonho a perseguir

Não é fácil para os homens, mesmo os que buscam e vivem um processo de mudança pessoal, abrir mão dos privilégios que a situação anterior assegurava. A nova realidade provoca insegurança (hoje a mulher tende mais a tomar decisão quando uma relação se esgota), representa ameaça (as disputas de opinião redefinem os papéis de cada um), traz novas tarefas (a educação dos filhos e a realização dos trabalhos domésticos).

.....

“O casamento tradicional faliu e há uma nova realidade nas relações”

.....

Tudo isso é influenciado pelo sentimento de posse e exclusividade que marca o amor sexual individual moderno e, atualmente, pelo clima de completo “caos” resultante da crise moral do sistema capitalista. Ocorre, também, que a mulher assumiu novas tarefas mas não se livrou das anteriores, particularmente da dupla jornada - o que a leva a viver em permanente estado de esgotamento e tensão, o que lhe dificulta enfrentar, com serenidade e paciência, a dolorosa transição prejudicando a compre-

ensão sobre o surgimento do novo homem como um processo ainda remoto e que se relaciona, para ser conquistado plenamente, com mudanças estruturais na sociedade.

Nesta fase de transição, muitos têm buscado despir o casamento de toda a formalidade para que ele se torne a expressão de uma opção amorosa. Pesquisas indicam o crescimento de uniões estáveis por opção, e não por dificuldades legais.

É evidente que não se encontra na informalidade legal a solução para os problemas do casamento. Ela se encontra, sim, na construção de uma relação pautada pela igualdade de responsabilidades e pelo respeito às diferenças.

A nova mulher busca uma relação em que a monogamia seja consequência do mútuo querer; que o sentimento de posse, o ciúme, não seja limitação de vida de um sobre o outro. E procura uma relação em que as dificuldades sejam divididas, no companheirismo e na solidariedade e não “por dever de ofício”.

O novo casamento, para se tornar fenômeno social generalizado, pressupõe uma sociedade mais solidária, em que tudo não seja impulsionado pelo lucro, inclusive a sexualidade, como na sociedade atual. Mas é possível que ele surja como fenômeno individual, no grande esforço de duas pessoas que buscam o sonho perdido da felicidade mútua. Como diria Gabriel García Márquez em “O Amor nos Tempos do Cólera”, o casamento acaba toda noite após cada relação e tem que ser reconstruído pela manhã, antes do café.

Espaço cresceu, mas domínio ainda é dos homens

É dura a realidade das candidatas a um cargo eletivo no Brasil. Para muitas, é preciso quebrar resistências no país e modificar modelos, nesse mundo essencialmente masculino

O número de mulheres no comando de um município brasileiro cresceu nas últimas eleições. O avanço de quase dois pontos percentuais em relação ao pleito de 2004, porém, ainda é pequeno e as mulheres continuam minoria na política nacional.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dentre os 5.563 prefeitos eleitos, 503 são mulheres (duas foram eleitas no segundo turno). O número corresponde a 9,04%, índice superior ao de 2004, quando ficou em 7,32%, e ao de 2000 (5,72%). Ao todo, 12.944 homens e 1.620 mulheres concorreram à eleição para prefeito, nos mais de 5 mil municípios brasileiros, no ano passado.

Segundo o presidente do TSE, ministro Carlos Ayres Brito, “esse aumento é saudável, na medida em que homenageia a dimensão pluralista da sociedade. Há um olhar feminino sobre a vida e sobre a política, em especial, que devemos resgatar”.

Lúcia Avelar, professora titular de Teoria Política Feminista do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e autora de uma série de livros sobre mulheres e a elite política brasileira, atribui o baixo espaço das mulheres no Parlamento à tradição política brasileira, sempre dominada pelos homens. “De um modo geral a mulher ainda não é vista como quem angaria votos. Ela é vista como uma recém-chegada ao meio, porque quem inventou o sistema político foram os homens”, diz.

Segundo ela, a história das sociedades revela que existe, não só entre os homens mas nos próprios partidos, uma resistência à entrada de novos atores na disputa de espaço e essa aversão à partilha do poder é mais evidente em relação às mulheres.

Corpo-a-corpo

A deputada federal (por três mandatos) e atual prefeita de Betim



Maria do Carmo: partidos não estimulam ingresso de mulheres

(MG), Maria do Carmo Lara, conhece bem a luta diária das mulheres que ingressam na política. Ela, que agora retorna ao comando da cidade (esteve na prefeitura entre 1993 e 1996), avalia que a política ainda é um espaço muito masculino. “Existe a disputa do dia-a-dia e a mulher, muitas vezes, não se preparou para fazer esse tipo de disputa. Há, também, pouco investimento dos partidos para estimular que mulheres atuem mais no sistema partidário”, avalia.

Com 54 anos, mãe, professora e psicóloga, Maria do Carmo defende o modelo público de financiamento de campanha, uma forma de abrir mais espaço na política “não só para as mulheres mas para outras camadas da sociedade”.

Em Porto Alegre, onde quatro mulheres disputaram a prefeitura com os homens, uma das concorrentes, a deputada Manuela D’Ávila (PCdoB), não venceu o pleito, mas

Participação feminina em outubro de 2008

- » Dentre os **5.563 prefeitos** eleitos, 503 são mulheres. O equivalente a 9,04%.
- » Em 2004, elas representaram 7,32% dos prefeitos eleitos.
- » Em 2000, 5,72%.
- » A participação feminina, dentre os vereadores, manteve-se estável em relação às últimas eleições municipais.
- » Em 2008, as mulheres conquistaram 12,51% dessas vagas.
- » Em 2004, 12,64%.
- » Em 2000, 11,60%.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

faz uma avaliação positiva da presença feminina nas eleições de outubro em sua cidade: “Hoje em dia, além de chefes de família, lideram empresas, organizações, movimentos sociais. São empreendedoras e conquistam seus espaços. No âmbito público, estamos ocupando aos poucos todos os níveis, mostrando à população que temos propostas e renovando a forma de fazer política no país”. Entretanto, “em função de muitos fatores (financiamento privado, machismo etc), isso não se



Manuela: a mulher pode ocupar todos os espaços

traduz em votação e presença institucional. Daí a necessidade de políticas que reparem essa ausência de representação institucional”, defende.

A falta de atenção à mulher na política acontece dentro dos próprios partidos, constata Lúcia Avelar, que alerta para o descumprimento da Lei nº 9504/97 (que impõe a cota mínima de 30% às mulheres, do total de candidaturas para as câmaras municipais - índice que nenhum partido cumpriu segundo

levantamento da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), com base nos dados do TSE.

A titular da Secretaria sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane da Silva, lamenta que “os partidos brasileiros não tenham como prioridade eleger mulheres”. Ela propõe criar, sobretudo no Brasil, as “condições para que a mulher possa ser candidata”. E considera fundamental a Reforma Política, para ampliar a participação das mulheres em todos os âmbitos da sociedade, especialmente no Parlamento.

Na verdade, os dados demonstram “que o número de mulheres envolvidas na política partidária brasileira é enorme, mas nos partidos, não”, lembra Lúcia Avelar, que registra “um hiato no trabalho da mulher envolvida na política”. Isso mostra “que os partidos não incorporam as mulheres. Só as que já trazem capital político e votos para reverter aos partidos”.

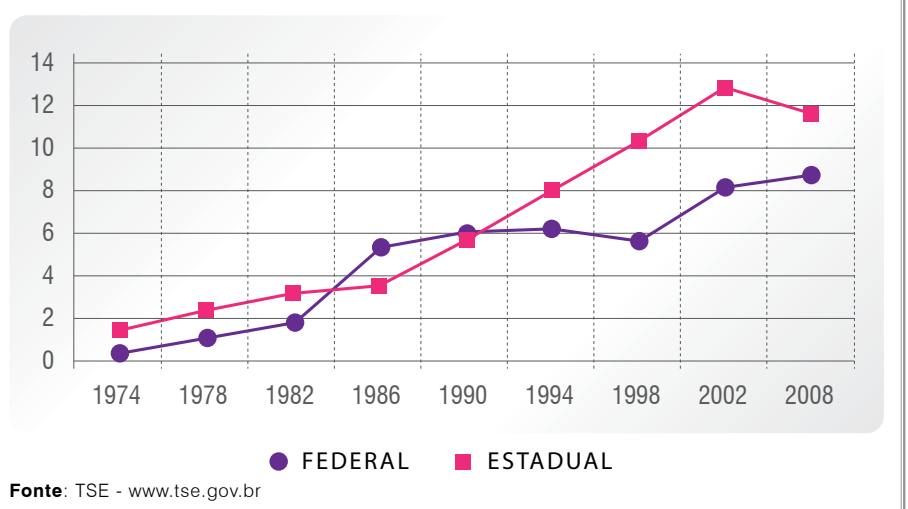
A presença de figuras fortes no poder e de mulheres no comando de países, como na Argentina, com Cristina Kirchner, no Chile, com



Rosane: reforma política é essencial

Michelle Bachelet, e no Brasil, com a ministra Dilma Roussef, segunda mulher forte do governo Lula, é positiva. “É importante que as mulheres entendam que é possível ocupar todos os espaços no poder público. A presença da ministra Dilma reflete isso, já que ela se mostra competente e com firmeza para assumir responsabilidades, tanto quanto um homem”, conclui Manuela.

Porcentagem de mulheres deputadas federais e estaduais: 1974-2006



Eleições 2008

Mais mulheres no poder

Raquel Felau Guisoni

Professora de geografia do município de SP, Secretária de Relações de Gênero da CNTE, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), dirigente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da União Brasileira de Mulheres (UBM).



O Brasil tem passado por muitas mudanças mas o sistema político-eleitoral perdura, acumulando vícios e distorções. Continua a impedir a consolidação dos partidos políticos, estimulando a corrupção e favorecendo a influência do poder econômico no processo eleitoral. As eleições são muito caras, a disputa é desigual.

Existe uma cultura negativa sobre a política, desestimulando a participação das pessoas. Há restrição às minorias, cerceando-lhes o crescimento e concentrando os direitos (fundo partidário, tempo de rádio e TV, presença na mídia etc.) nas mãos dos chamados grandes partidos. São escassos os mecanismos de democracia direta. A reeleição dificulta a renovação política.

No entanto, há um ponto altamente positivo no atual sistema político-partidário: o pluralismo político.

A representação feminina

As mulheres são sub-representadas na política em todo o mundo. A média mundial de sua participação nos parlamentos é de 17,2%, chegando a mais de 40% em países nórdicos e acima de 30% em alguns países da América Latina.

O Brasil está em 142º lugar no mundo. Em 2006, apenas 8,77% dos 513 parlamentares da Câmara Federal eram mulheres; 12,34% dos 81 parlamentares do Senado Federal; 11,61% nas assembleias legislativas e Distrital e, em 2008, apenas 12,52% nas câmaras municipais.

Até 1932, as mulheres brasileiras estavam excluídas da política institucional, quando conquistaram o direito de voto. Até 1974, apenas uma ou duas mulheres se revezavam na Câmara dos Deputados. A primeira senadora foi eleita em 1990 e a primeira governadora, em 1994. Até hoje nunca tivemos uma mulher na presidência do Brasil.

A presença da mulher nas instâncias de poder é desproporcional ao seu protagonismo na sociedade brasileira. Ela contribui significativamente para a produção da riqueza nacional e as transformações sociais. Representa 51,7% do eleitorado nacional, percentual que aumenta a cada eleição. A política de cotas foi a medida adotada para garantir a participação da mulher no poder. Só em 1995 aprovou-se a lei 9 100/95, com o mínimo de 20% de vagas de candidaturas para cada sexo. Em 1997, a lei 9 504 alterou o percentual para o mínimo de 30% e o

máximo de 70% de vagas para cada sexo. Como não há punição e a lei só define vagas, o partido ou a coligação que não tiver, por exemplo, 30% de mulheres, fica com um número inferior de vagas. Mesmo assim, a vigência da lei de cotas contribuiu para aumentar a presença da mulher no parlamento.

Os resultados das eleições municipais de 2008 precisam ser analisados também por região. Há diferenças entre elas: Na Região Nordeste houve o percentual de 14,81% de vereadoras eleitas; na Norte foram 13,64%; na Centro-Oeste, 12,42%; na Sul, 11,46%; e, na Região Sudeste, 10,61%. A média nacional chegou a 12,52%.

O cruzamento dos dados com o número de candidaturas e a quantidade de eleitas resulta em percentual maior de candidatas, o que aumenta a perspectiva de eleger mais mulheres. É só analisar: os 20 municípios que nas eleições de 2008 elegeram a maioria de mulheres, tinham mais candidatas. O maior número deles é no Nordeste. Em 2000, as candidatas a vereador somaram 70.321, sendo eleitas 7 001, o que representa 9,95% das candidatas. Em 2008, tivemos 69.341, sendo eleitas 6.512, o que representa 9,39% das candidatas.

Para tornar mais efetiva a política de cotas no Brasil, é necessário alterar a lei de cotas, mudando, na atual lei, a palavra **vagas** por **candidaturas**. Pois, hoje, se não tiver o percentual de mulheres, o partido ou coligação lança menos candidatos. Além de indispensável, há que estabelecer punição para o que não cumprir a cota mínima. Precisa ser cota mínima e não teto, ampliando o percentual da cota, até se atingir a paridade.

Importante analisar outras experiências de cotas. Na América Latina, há 12 países com este sistema. Comparando o percentual de mulheres depois da aplicação da lei das cotas, ele quase dobrou.

Há várias modalidades de cotas que se entrelaçam aos sistemas políticos, o que altera sua eficácia. Existem as cotas em lista eleitoral aberta, em que se vota em indivíduos, e a lista eleitoral fechada, em que se vota no partido político e não no candidato ou candidata. Para melhorar o resultado nas listas fechadas deve haver ordenamento e alternância das cotas. Por exemplo, para cada dois nomes masculinos, um nome feminino. Assim, as chances das mulheres serão maiores.

No Peru, existe a lista aberta. O partido que não preencher a cota não concorre. Há, também, o voto duplo, no qual se vota em dois candidatos. As mulheres fizeram campanha: o primeiro voto pode ser para qualquer um, mas o segundo tem que ser em uma mulher. Com isso, passou de 9% para 27% o percentual de mulheres eleitas.

Para uma política de cotas eficaz, é necessário instituir sanção.

Onde se conseguiu impor coação, houve o cumprimento da cota. É o caso da Argentina onde há lista fechada: quando se instituiu sanção, aumentou o número de mulheres eleitas.

Desafios à participação

Clara Araujo, em entrevista à Revista Princípios edição nº 89, sobre a reforma política e a participação das mulheres, afirma que “a representatividade das mulheres na política não pode ser simplificada na questão de cotas, de listas abertas ou fechadas. É preciso modificar o sistema eleitoral e concretizar a reforma política democrática.”

“A presença da mulher nas instâncias de poder é desproporcional ao seu protagonismo na sociedade brasileira”

Em suas pesquisas e estudos ela constatou que os países em que a democracia é mais consolidada não possuem cotas para as mulheres. Elas existem mais nos países em que as democracias estão ainda sendo construídas. Conclui, portanto, que a “luta pela democratização do país é fundamental”.

Além dessas questões, a pesquisadora afirma que há outros fatores a dificultar a participação das mulheres no processo eleitoral, como:

- **O desequilíbrio histórico**

mundial. Ao constituir o Estado moderno, não incluíram o direito à cidadania para as mulheres. Elas encontram os espaços já ocupados pelos homens. Além da necessidade de conquistá-los, também precisam tirar alguém de seus espaços.

- **A dupla jornada de trabalho.** Acumulando as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos e a vida laboral, as mulheres suportam uma sobrecarga de responsabilidades, que restringe o tempo dedicado à ação política.

- **O fator econômico.** Ele pesa em qualquer sistema eleitoral. A realidade é que as mulheres ganham, em média, menos que os homens. Os efeitos das políticas neoliberais dificultam ainda mais a participação das mulheres na política. Trabalham mais e sobra menos tempo para atuação política.

- **A cultura patriarcal,** que associa os homens ao espaço público e as mulheres ao espaço privado, se encarrega de obstaculizar, de diversas formas, a presença da mulher no campo da política representativa. As mulheres têm menor presença nos espaços públicos, onde se constroem as trajetórias políticas, e, quando estão nestes espaços, não recebem o apoio necessário.

- **O enfraquecimento dos movimentos sociais** que afeta as mulheres dos partidos mais à esquerda, pois sua projeção se dá por meio deles.

São desafios que precisamos enfrentar para mudar a realidade. Para isto, é indispensável uma luta contínua de mulheres e homens, que têm como perspectiva a construção de uma sociedade justa, democrática, igualitária e socialista.



A passos lentos

A situação da mulher tem melhorado no Brasil mas em ritmo lento. Há o que comemorar, embora os números revelem o descompasso entre o que está disponível e o efetivamente utilizado

O Brasil viveu, em 2008, momentos de discussão ampla da implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres e colocou em discussão temas como a licença maternidade de seis meses e o combate à mortalidade materna - debates que povoam as rodas de discussão entre especialistas, médicos, usuários do sistema público de saúde, trabalhadores e trabalhadoras de todo o país.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) fez um alerta a toda a comunidade internacional. É preciso um esforço global para reduzir as mortes durante a gravidez e o parto; e este não terá sucesso sem ações para melhorar a saúde pública no mundo em desenvolvimento.

Números divulgados no início de janeiro revelam que mais de meio milhão de grávidas e novas mães morrem a cada ano, a maior parte na África e Ásia, onde o cuidado obstétrico e pós-natal em geral não está disponível e muitas grávidas sofrem complicações em decorrência do HIV. A mortalidade materna é definida como a morte da mulher durante a gravidez ou até 42 dias após o fim da gestação.

O documento aponta que as mulheres nos países menos desenvolvidos têm 300 vezes mais probabilidade de morrer no parto ou devido a complicações associadas à gravidez do que as dos países desenvolvidos. Quase 99% das mortes decorrentes da gravidez e do parto ocorrem nos países em desenvolvimento, onde ter uma criança continua a representar um dos mais sérios riscos para a saúde das mulheres.

Paralelamente, uma criança nascida em um país em desenvolvimento tem quase 14 vezes mais probabilidades de morrer durante o primeiro mês de vida do que uma nascida em um país desenvolvido. Entre os anos de 2006 e de 2007, o Brasil piorou no *ranking* da mortalidade infantil do Unicef. Aqui, o risco de morte nos cinco primeiros anos de vida ainda é cinco vezes maior do que em países europeus, como a França.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, contestou os números: “Nós fizemos, em outubro, uma reunião com o Unicef em Brasília, e eles reconheceram os dados do Ministério como os mais confiáveis. Por estes dados, a gente vê nos últimos 20 anos é uma redução sustentada. A taxa de mortalidade infantil, ou seja, das crianças com menos de um ano, está abaixo de 20%”.

O acesso das mulheres a políticas públicas de saúde tem sido foco de discussão entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). O governo defende que o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma política pública revolucionária,

embora o acesso ainda seja bastante complicado, porque nem sempre a gestão local segue as prioridades definidas pelas grandes linhas estratégicas nacionais. O acesso a mamografias, exames e até diagnósticos é um exemplo.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) revelam que, no Brasil, 36,4% das mulheres de 25 anos ou mais nunca fizeram exames clínicos de mamas, sendo que esta proporção sobe, entre as negras, para 46,3%, contra 28,7%, entre as mulheres brancas.

Trabalho

Ao lançar um olhar de referência sobre as áreas urbanas e rurais, os números indicam que, no Brasil, das mulheres com 25 anos ou mais, 32% das residentes nas cidades nunca haviam realizado exame clínico de mama, índice que quase dobra quando se fala da mulher no campo (63%).

Segundo Maria Inês da Silva Barbosa, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), é preciso rever as metas de combate à mortalidade materna no país, levando-se em conta a situação das negras. “Na área da saúde, existe a meta de redução da mortalidade materna em 15%, e se o risco da mulher negra morrer por morte materna é maior do que a branca a meta não pode ser essa”, diz.

A Organização das Nações Unidas (ONU) quer uma redução de 75% na taxa de mortalidade materna, até 2015, como parte do Programa de Metas de Desenvolvimento do Milênio. No entanto, os países estão lon-



Maria Inês da Silva Barbosa: o risco da mulher negra morrer por morte materna é maior do que a branca

Foto: Divulgação

ge dessa marca, principalmente no mundo em desenvolvimento.

As políticas públicas de prevenção e de promoção da mulher e seu bem-estar não se esgotam, porém, no âmbito da saúde. Eneida Dutra, consultora do Cfemea, afirma que é preciso discutir as áreas de trabalho e previdência e, “no mundo do trabalho, as conquistas foram muito discretas”. Algumas políticas, como a licença maternidade de seis meses, “na verdade não foram uma aquisição de direito para as mulheres em geral. Foram medidas específicas, que excluem, por exemplo, as micro-

empresas e também outras formas de relações de trabalho”, analisa.

Ela diz que os avanços observados em 2008 aconteceram não porque foram específicos para as mulheres, mas porque a força de trabalho feminina se beneficiou das políticas em geral. “A lei que impede a exigência de mais de seis meses de experiência, por exemplo, é óbvio que tem uma repercussão sobre as mulheres pelo fato de elas ainda estarem em menor número no mercado formal de trabalho, o que de certa forma, permite, em tese, mais inserção feminina”, explica.

AVANÇOS EM 2008

- » O presidente Lula sancionou em setembro a **Lei nº. 11.770/08**, que estende a licença-maternidade de quatro para seis meses. Ela passa a valer a partir de março de 2010.
- » Nova **Lei nº. 11.804/08**, aprovada em novembro, prolonga a responsabilidade do pai para a gravidez e torna obrigatório o suporte à mãe do bebê durante toda a gestação.
- » O governo estadual do Rio de Janeiro garante às trabalhadoras, desde maio/2008, um dia por ano exclusivo para se dedicar a cuidar da saúde. A **Lei nº. 1411/08** incentiva que as mulheres façam exames preventivos nesse dia.

Recordistas da vida

Ano passado, a brasileira destacou-se nos esportes e orgulhou o país com sua garra. Três vitoriosas enfrentaram toda sorte de dificuldades e venceram muitos desafios para chegar ao topo

Não importa se solteira, casada, viúva, divorciada. Se tem muitos filhos ou nenhum. Se acumula tarefas de casa com a atividade profissional. Se ganha salário mínimo ou alto salário. A mulher brasileira está sempre pronta para conquistar um futuro melhor, vencer barreiras, obstáculos, problemas. Não por acaso, sobe cada vez mais alto no pódio, como Marta, Maurren Maggi e Ketleyn Quadros, exemplos da boa performance nos esportes.

Superação é o que não falta

Guerreiras, batalhadoras, não desistem nunca. A judoca Ketleyn Quadros, nascida há 21 anos no Distrito Federal, é consciente de que está apenas no início do caminho e que ainda há muito a trilhar. Ter conquistado o bronze nos Jogos Olímpicos de 2008 foi só uma etapa. Seus voos vão muito além de Pequim, mas sabe que, para atingir os objetivos, precisa de um passo de cada vez. Ketleyn faz parte da trupe de mulheres que sabe o que quer e tem determinação: “Vou continuar fazendo o que gosto. O ano de 2012 só parece que está longe. Este ano, o meu objetivo é o Mundial, mas vou treinar forte de olho em Londres”.

Coragem é o que não lhe falta. Primeira brasileira a conquistar medalha olímpica em modalidade individual, Ketleyn é de uma família onde reinam as mulheres. Da caçula Maria Eduarda, de um ano e meio de idade, até a avó Marilda, 81, que muito lúcida vai contando. “Acordo às 5h30 e só durmo tarde. Faço café, almoço e janta e ainda cuido das netas. Não sei ficar parada”. Além de Maria Eduarda, Ketleyn tem mais uma irmã, Aline, de 14 anos. “Na minha casa é uma mulherada só. Não tem homem nem para trocar uma lâmpada”.

Ketleyn Quadros, garra e superação no esporte e na vida

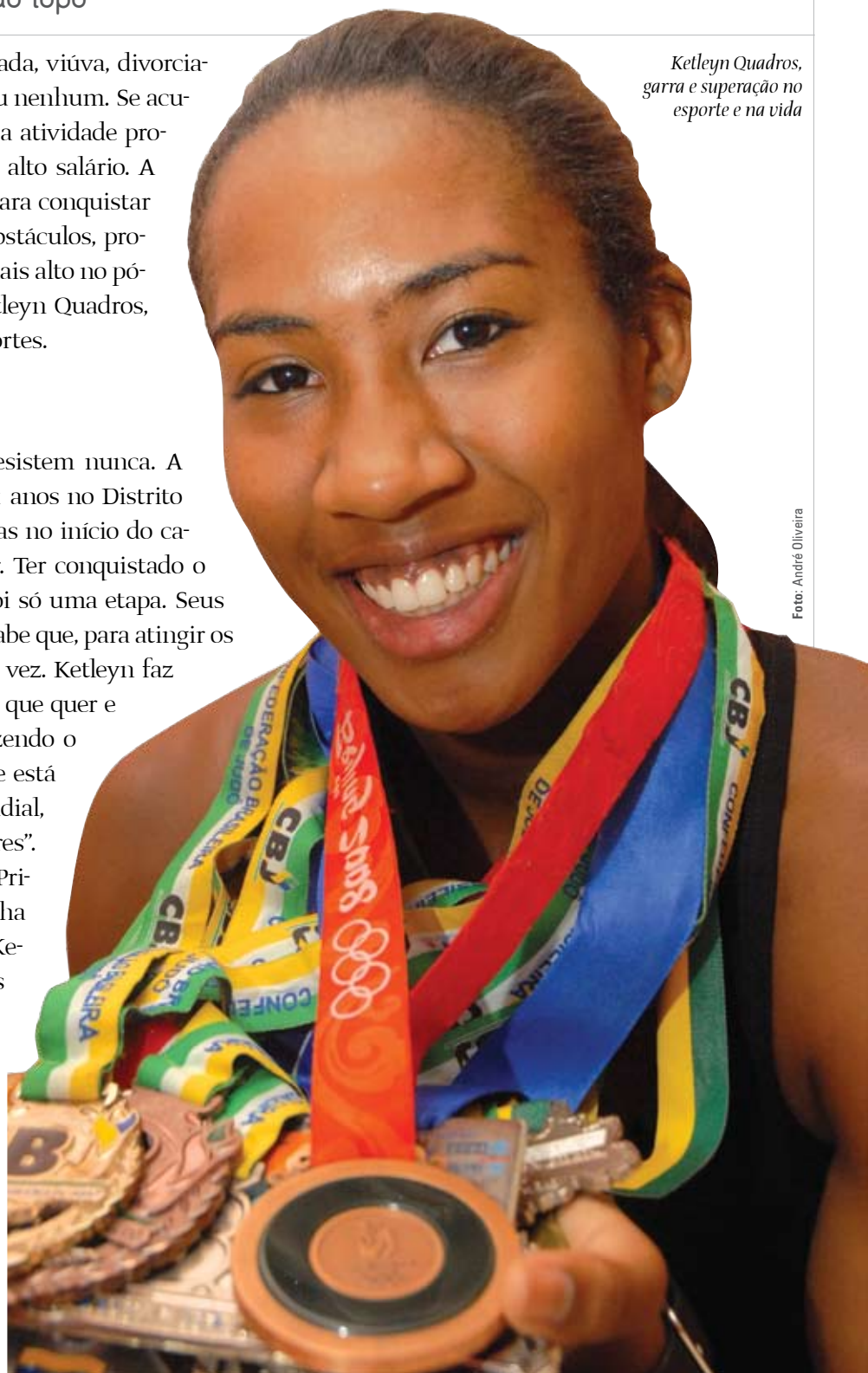


Foto: André Oliveira

A mãe, Rosemeire de Oliveira Lima, de 42 anos, cabeleireira, é a maior incentivadora da atleta. Acreditou no potencial da filha e faz tudo o que pode para ver a primogênita no topo. “Desde que me entendo por gente, o sustento da família vem da profissão da minha mãe e do salário de minha avó (um mínimo), que trabalhava fora para ajudar na renda mensal”.

Muito ativa, Ketleyn sempre gostou de praticar esporte e, a conselho das professoras, aos oito anos foi matriculada na natação do Sesi de Ceilândia, cidade mais populosa do Distrito Federal, a 26 km do Plano Piloto. Mas a natação durou pouco. Ketleyn gostava mesmo era de jud  e fugia para ver as colegas lutando. De tanto fugir, a mãe resolveu trocá-la de curso. Nada de balé, de natação, seu destino era o jud .

Quando pensa em Pequim, onde venceu a australiana Maria Pekli, Ketleyn sabe da sua responsabilidade mas não vai desistir. “Para chegar até aqui fiz um trabalho muito forte, com muita dificuldade, mas consegui ir para o Minas T nis Clube, de Belo Horizonte, onde tenho toda a estrutura necessária”. A judoca brasileira também teve apoio do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF).

Quando a saudade aperta, passa o fim de semana em Brasília. “Minha família é muito importante para mim. Minha mãe e minha avó são exemplos de pessoas que sempre batalharam, sem medo. Depois do que já passei, vejo que tudo o que elas diziam se concretiza. Uma certeza ela tem: “Quando a gente acredita e sonha e corre atrás do que quer, consegue passar por cima de tudo, até mesmo das dificuldades”.



Foto: Fifa

Marta posa com o troféu de melhor jogadora de futebol do mundo em 2008

Traj t ria de sucesso

Assim como Ketleyn, a jogadora de futebol Marta está rindo à toa. Conquistou a prata nas Olimpíadas de 2008   frente da seleção feminina de futebol, e nesse início de 2009 foi considerada, pela terceira vez consecutiva, a melhor jogadora do mundo pela Fifa. Com apenas 22 anos, já marcou 50 gols com a camisa da seleção brasileira.

A jogadora superou a brasileira Cristiane, as alemãs Nadine Angerer e Birgit Prinz, que levou o pr mio em três oportunidades, e a inglesa Kelly Smith. Emocionada, Marta agradeceu a Deus, aos familiares, companheiros e amigos, que estão sempre ao seu lado. “Este pr mio qualquer atleta gostaria de receber, e comigo não é diferente”.

A exemplo da judoca brasileira, também teve uma infância humilde e a mãe tem sido presenç  importante em sua trajetória.

Nasceu em Dois Riachos, no sertão de Alagoas, e aos sete anos já corria atrás de uma bola. O futebol era uma das poucas diversões. Ela vendia feijão na feira, picolé na rua e juntava dinheiro para comprar equipamentos esportivos. Coursou até a quinta série, matava aula para jogar e aos nove anos foi para o futsal, convidada por um professor de educação física.

Não foi difícil perceber que gostava mais de jogar bola do que de estudar. Largou os livros, foi para o CSA. Depois, conseguiu uma vaga no Vasco, no Rio, até completar 18 anos e se transferir para o Umea da Suécia. Este ano, seu destino mudou mais uma vez: vai para os Estados Unidos, onde terá vida nova no WSE, a liga profissional feminina de futebol norte-americana, que estreia em abril. E desde já avisa: “Meu objetivo é conquistar títulos”.



Maurren Maggi é a primeira mulher do atletismo brasileiro a ganhar uma medalha de ouro em olimpíada

Força de vontade e determinação

A saltadora Maurren Maggi é hoje o maior nome da história do atletismo feminino brasileiro, mas para conquistar medalha de ouro no salto em distância dos Jogos de Pequim teve que promover uma reviravolta em sua vida.

Poucos dias antes do Pan-americano de Santo Domingo, em 2003, foi suspensa da competição, acusada de *dopping*, devido à substância clostebol, encontrada em seu organismo. O produto, desconhecido pela atleta, estava presente na composição do creme cicatrizante

Novaderm, aplicado em uma sessão de depilação. Isso lhe custou um Pan e a Olimpíada de Atenas, em 2004.

Durante dois anos, a paulista de São Carlos não treinou, abandonou o esporte, foi morar com o piloto Antônio Pizzonia em Mônaco. Em 2006, retomou a carreira. A readaptação foi rápida e deu bons resultados. Em 2007, participou dos Jogos Pan-americanos do Rio e, em 2008, da Olimpíada de Pequim. Chorou de emoção ao dedicar o ouro à filha.

Maurren Maggi foi a primeira mulher a conquistar um ouro olímpico individual. Agora, aos 32 anos, com a autoestima recuperada, já fala em conquistar o bi na Olimpíada de 2012, em Londres.

Mas, para dar a volta por cima, enfrentou muita coisa. “Achei que fosse experiente, madura, mas vi que não sabia nada. Consegui bons resultados rápido porque tive força de vontade e determinação. A volta foi dolorosa, mas pela minha filha vale tudo”, conclui Maurren.

Programa Segundo Tempo: caminho do bem

Quando não estão em sala de aula, crianças e adolescentes em situação de risco social permanecem na escola, onde desenvolvem atividades esportivas e recebem reforço alimentar e pedagógico nas matérias de maior dificuldade. Os cuidados complementares fazem parte do Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, que já mudou a vida de pelo menos um milhão de crianças em 800 municípios brasileiros.

O programa foi implantado em 2003 e a meta do Ministério é beneficiar mais de dois milhões de

jovens, até o final do governo Lula. No Segundo Tempo, o esporte é utilizado como ferramenta para evitar que crianças de comunidades carentes continuem expostas à violência urbana. A ideia é que elas sigam o caminho do bem.

Ele funciona em parceria com instituições de ensino, congregações religiosas, ONGs e municípios com mais de 100 mil habitantes, onde estão os maiores índices de crianças em situação de risco. Para o ministro do Esporte, Orlando Silva, a ampliação dessas parcerias ajuda

a “criar espaços que fazem com que mais pessoas construam um futuro diferente em um ambiente social mais amistoso, contribuindo para a formação de ícones do esporte”.

Se depender da determinação de Débora Ramos, aluna do Centro Educacional do Lago Norte e participante do Segundo Tempo no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília (DF), a aula de jiu-jitsu do Programa será útil para a vida toda. “Criei sonhos e objetivos através disso. Quero ser uma profissional”, afirma ela, convicta.

Essa crise não é de TPM

A crise financeira internacional estourou como uma bolha, em todo o mundo. No Brasil, seus efeitos poderão atingir as mulheres, que já sofrem com a discriminação histórica no mercado de trabalho.

Desaceleração, recessão, retração - palavras que, aos poucos, começam a povoar o universo feminino de todo o mundo, com a ameaça da crise financeira internacional na porta de milhares de trabalhadores. A crise entrou no cotidiano do país em setembro de 2008, quando os seus reflexos se intensificaram.

“Essa é uma crise que teve origem no sistema financeiro e atingiu, primeiro, setores fortes da economia, como o financeiro, o automobilístico e o da construção civil, onde a maioria dos trabalhadores é composta por homens. Mas se evoluir para a depressão, aí, sim, baterá em todos os segmentos”, avalia a economista Maria da Conceição Tavares. Não discriminará homens e mulheres, mas é preciso ressaltar que ainda não chegou aos segmen-

tos mais fracos da economia, momento em que as mulheres sentirão mais fortemente os seus efeitos. “As mulheres já são tradicionalmente tidas como mais vulneráveis pelo mercado de trabalho. Agora, essa discriminação (de salários mais baixos, por exemplo) não começou com a crise, é estrutural e não há novidade”, diz.

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) lamenta que a crise do sistema capitalista será dura, longa e, “infelizmente, as mulheres serão as maiores vítimas”.

Também para a senadora Ideli Salvatti, (PT/SC), o desemprego “deve ter impacto maior sobre as mulheres”. Ela lembra que, historicamente, quando há crises econômicas e começam as demissões, “normalmente, jovens e mulheres são os que perdem o emprego mais

rapidamente, os que primeiro sofrem os efeitos”.

De fato, um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez previsões pessimistas sobre o nível de emprego na América Latina e Caribe, em 2009, e revelou que são os dois segmentos os mais prejudicados. Segundo o levantamento, o nível de desocupação entre os jovens das áreas urbanas, na região, é 2,2 vezes maior que a média geral de desemprego, que foi de 7,5% em 2008. Entre as mulheres, o número de desempregadas é 1,6 vez maior do que entre os homens.

O estudo destaca, ainda, que o crescimento econômico de 4,6%, na região, em 2008, pode desacelerar para até 1,9% este ano. Com isto, até 2,4 milhões de pessoas podem perder o emprego. Segundo a diretora da OIT no Brasil, Laís Abramo,



Vanessa Grazziotin: mulheres são o elo mais fraco

“a crise vem interromper a evolução positiva que se observou nos últimos anos”. E, embora não tenha começado pelo lado mais fraco - partiu de uma grande potência como os Estados Unidos -, especialistas concordam que ela terá grandes reflexos em setores mais frágeis. “Quando chegar aos bens de consumo tradicionais, como calçados, têxtil e confecções, aí, sim, poderá ser mais prejudicial às mulheres”, avalia Maria da Conceição Tavares.

Reação

A verdade é que a crise extrapolou os limites da América do Norte, e veio parar no Brasil, inicialmente, com ar de “marolinha”, como declarou o presidente. Agora, dá munição ao setor produtivo do país, que acena com o pesadelo do desemprego.

“O governo tem tomado as devidas providências. E o Brasil foi considerado no Fórum Mundial Econômico um dos países em melhor situação para enfrentá-la”, tranquiliza a deputada do PCdoB. Mas, apesar do esforço e dos resultados inicialmente positivos, na avaliação dela, as mulheres serão as grandes vítimas: “Não estamos preparadas para minimizar os efeitos da crise em relação aos trabalhadores em geral e representamos o elo mais fraco da cadeia produtiva”.

Segundo o ministro do Trabalho, Carlos Luppi, o governo deverá trabalhar para garantir maior empregabilidade da mulher, em 2009. “Nossa preocupação é que não ocorra, aqui, a mesma proporção de desemprego que se verifica nos Estados Unidos”, observa.



Ideli Salvatti: Bolsa Família protege a mulher

A política do governo de manter grandes obras, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os programas de ação social e a ampliação das políticas públicas, segundo a senadora Ideli Salvatti, serão um ponto “mais do que positivo para as mulheres”. Assim, quanto maior for o papel do Estado em momentos de crise, mais a mulher estará garantida. O Bolsa Família, por exemplo, adota a política de beneficiar a mulher com o valor do repasse.

ENTENDA A CRISE

A crise financeira internacional é decorrência de um colapso imobiliário, nos Estados Unidos, que extrapolou para o mercado de crédito, de modo geral. O principal segmento afetado, que deu origem ao atual quadro econômico, foi o de hipotecas, chamadas de *subprime*, que embutem um risco maior de inadimplência.

O mercado imobiliário americano passou por uma fase de expansão acelerada, logo depois da crise das empresas “pontocom”, em 2001. Os juros do *Federal Reserve* (Fed, o Banco Central americano) caíram para que a economia se recuperasse e o setor imobiliário se aproveitou do momento de juros baixos.

As baixas taxas de juros nos financiamentos imobiliários e nas hipotecas (em 2003, por exemplo, os juros do Fed chegaram a cair para 1% ao ano) fizeram com que a demanda aumentasse muito, mais do que a economia podia suportar, gerando um verdadeiro colapso nos papéis norte-americanos.

Para conter os efeitos da crise, governos de grandes potências como os Estados Unidos e economias do mercado europeu passaram a desengavetar somas fantásticas de dinheiro para manter o mercado funcionando. Grandes empresas começaram a conter gastos e demitir. Ainda não se sabe até quando a crise irá durar.

Passo à frente

A primeira lei assinada pelo presidente dos Estados Unidos Barack Obama após assumir o poder é um passo importante para a luta das mulheres em prol da igualdade de gênero. A lei Lilly Ledbetter, aprovada no dia 29 de janeiro, amplia as garantias jurídicas para que as mulheres exijam equiparação salarial em relação aos homens no mesmo cargo.

8 de março na fronteira

Em 2009, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul promove atividades para o Dia Internacional da Mulher. Os temas *igualdade salarial e combate à violência contra a mulher* serão discutidos na fronteira entre Brasil, na cidade de Santana do Livramento (RS), e Uruguai, em Rivera. O local foi escolhido por ser ponto de espancamento, estupro e assassinato de mulheres. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) orientará também suas entidades para a realização de outras atividades regionais.

Minas ganha museu da mulher

Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte, vai abrigar o primeiro Museu da Mulher do Brasil. O espaço será dedicado à história e às conquistas de grandes personalidades brasileiras. A sede será o Solar da Baronesa, imponente construção do século XIX.

Elas no Fórum Social Mundial 2009



A nona edição do Fórum Social Mundial, em Belém (PA), contou com várias atividades e manifestações dedicadas à luta pela igualdade de gênero. Entre as resoluções da Declaração da Assembleia de Mulheres do FSM 2009, destacam-se:

Crise climática e energética

Contra a utilização dos agrocombustíveis e do mercado de créditos de carbono. A mudança deve ser feita no modelo de produção e consumo;

Crise alimentar

Os transgênicos não representam uma solução. A proposta é a soberania alimentar e a produção agroecológica;

Crise financeira e econômica

Contra a aplicação do dinheiro público para salvar bancos e empresas. As mulheres feministas reivindicam proteção ao trabalho e direito à renda digna.

Saiba mais

Para conhecer o manifesto completo, acesse:

<http://www.cfemea.org.br/noticias/detalhes.asp?IDNoticia=854>.



América Latina e África coordenam Comitê

A nova coordenação do Comitê sobre a Condição das Mulheres da Internacional da Educação (IE), eleita ano passado para o mandato 2008 / 2011, é composta por Juçara Dutra Vieira (Brasil, América Latina) e Doumbia Salimata (Costa do Marfim, África).

Inédito

Pela primeira vez, representantes de países do hemisfério sul ocupam o cargo.

Na Malásia

O Comitê Executivo da IEAL organizará a Conferência Mundial sobre a Mulher, na Malásia, em março de 2010. O tema principal do evento será "Igualdade e a não Discriminação" e, paralelamente, serão discutidos outros assuntos.

Na ONU

Nos dias 2 e 3 de março de 2009, Juçara Vieira representará a Internacional da Educação para a América Latina na 53ª sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW53), em Nova York. O encontro é promovido pelo Departamento de Relações Sociais e Econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ela subiu nas tamancas e o mundo se curvou

Foto: carmen.miranda.nom.br

O Brasil comemora o centenário de nascimento de um dos símbolos mais expressivos da cultura brasileira do século XX.

Carmen Miranda, a Pequena Notável, teria completado cem anos em 9 de fevereiro de 2009

A primeira artista internacional que o Brasil já produziu. A primeira mulher a usar um terno masculino no país. A criadora dos saltos de plataforma e a primeira a revelar o charme de requiebro e balangandãs da música brasileira completaria, neste 2009, cem anos de idade. Seu nome: Maria do Carmo Miranda da Cunha, mundialmente conhecida como Carmen Miranda, “A Pequena Notável”, como foi carinhosamente apelidada pelo radialista César Ladeira.

Nascida em Portugal em 1909, chegou ao Brasil com dez meses de idade e, aos 30 anos, mudou-se para os Estados Unidos, onde começou a ser contratada para *shows* na Broadway em Nova York, e acabou fazendo muito sucesso, tornando-se o rosto mais fotografado da América do Norte na década de 1940. Uma das atrizes mais bem pagas do cinema norte-americano, ela teve seu nome registrado na calçada da fama de Hollywood.

Carmen ficou conhecida pelo turbante com frutas, sapato plataforma e roupas pra lá de coloridas, além de um jeito peculiar de interpretar as músicas. Com um metro e meio de altura, ela crescia no palco e multiplicava



Espectáculo “Uma noite no Rio”, Estados Unidos 1941

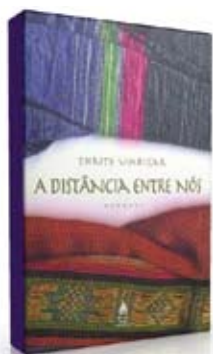
seu talento e graça, utilizando um repertório ousado para a época.

Essa história de gostar de alguém

Seu primeiro disco foi gravado em 1929 e o sucesso veio já no ano seguinte com a marchinha “Pra você gostar de mim” (*Ta-hi!*), imortalizada nos bailes carnavalescos. O talento fez dela a primeira brasileira conhecida mundialmente pelas canções e pelos filmes em que atuou.

Antes de Carmen Miranda, as músicas brasileiras eram predominantemente tristes e com canções românticas que tratavam de amores mal-resolvidos. “Camisa Listrada” e “Quem é?”, com temáticas gay e machista, respectivamente, são alguns exemplos de canções que romperam o estilo tradicional da década de 1930.

A cantora morreu vítima de infarto aos 46 anos, no dia 5 de agosto de 1955, em Beverly Hills, Califórnia, nos Estados Unidos.



Indicação de vídeos na Internet

- » **Aninha do Beto.** Disponível em: <http://www.aids.gov.br/mediacenter/>
- » **Acorda, Raimundo... Acorda.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Rd6BiFzeaSM>
- » **A Informação é a Luz.** Disponível em: <http://www.aids.gov.br/mediacenter/>
- » **Gênero, Mentiras e Videotape.** Disponível em: <http://video.google.com/videoplay?docid=-5029169636566293220>
- » **Valores e preconceitos.** Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=_jkXEewNpbQ

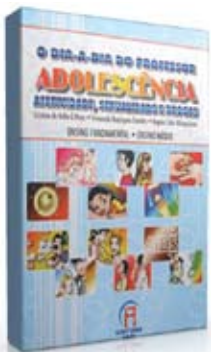
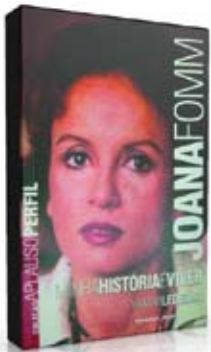
Indicações de filmes

- » **Alguém que me Ame de Verdade** (EUA, 2007, 90 min.) Direção: Diane Crespo e Stefan C. Schaefer
- » **Verônica** (Brasil, 2009, 87 min.) Direção: Maurício Farias.
- » **Chega de Saudade** (Brasil, 2008, 92 min.) Direção: Laís Bodanzky
- » **Eternamente Pagú** (Brasil, 1987, 101min.) Direção: Norma Bengell
- » **Dona Flor e seus Dois Maridos** (Brasil, 1976, 120 min.) Direção: Bruno Barreto
- » **Chica da Silva** (Brasil, 1976, 117 min.) Direção: Carlos Diegues
- » **Carlota Joaquina** (Brasil, 1995, 100 min.) Direção: Carla Camurati
- » **Rosa de Luxemburgo** (Alemanha / Tchecoslováquia, 1986, 123 min.) Direção: Margarethe von Trotta
- » **Olga** (Brasil, 2004, 141 min.) Direção: Jayme Monjardim
- » **A Hora da Estrela** (Brasil, 1985, 96 min.) Direção: Suzana Amaral
- » **Shirley Valentine** (Inglaterra/EUA, 1989, 109 min.) Direção: Lewis Gilbert
- » **A Conspiração** (EUA, 2000, 125 min.) Direção: Rod Lurie
- » **Nunca sem Minha Filha** (EUA, 1991, 115 min.) Direção: Brian Gilbert
- » **O Sorriso de Mona Lisa** (EUA, 2003, 125 min.) Direção: Mike Newell
- » **A Excêntrica Família de Antônia** (Bélgica/Holanda/Reino Unido, 1995, 102 min.). Direção: Marleen Gorris
- » **A Casa de Bernarda Alba** (Espanha, 1987, 103 min.) Direção: Mario Camus
- » **Cidade das Mulheres** (França/Itália, 1980, 149 min.) Direção: Federico Fellini
- » **Nunca é Tarde para Recomeçar** (EUA, 2004, 90 min.) Direção: Sheldon Larry
- » **A Letra Escarlate** (EUA, 1995, 136 min.) Direção: Roland Joffé
- » **Tomates Verdes Fritos** (EUA, 1991, 124 min.) Direção: Jon Avnet
- » **Thelma e Louise** (EUA, 1991,130 min.) Direção: Ridley Scott

Indicações de sites

- » www.maismulheresnoperbrasil.com.br
- » www.ubm.org.br
- » www.homenspelofimdaviolencia.com.br
- » portalctb.org.br
- » www.sof.org.br/marcha
- » www.cndm.gov.br
- » www.simonebeauvoir.kit.net
- » www.geledes.org.br
- » www.observatoriodaimprensa.com.br
- » www.cfemea.org.br
- » www.congressoemfoco.ig.com.br
- » www.fndc.org.br
- » www.cut.org.br





Livros e Manuais

- » DIAMANT, Anita. **A Tenda Vermelha**. Editora Sextante, 2001.
- » MORAIS, Fernando. **Olga**. Editora Companhia das Letras, 1987.
- » LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela**. Editora Rocco, 1977.
- » SASSON, Jean P. Mayada. **Filha do Iraque**. Editora Best Seller, 2007.
- » PERÓN, Evita. **A Razão da Minha Vida**. Editora Revisão
- » ALENCAR, José de. **Lucíola**. Editora Moderna, 1993
- » UMRIGAR, Thrity. **A Distância Entre Nós**. Nova Fronteira, 2006
- » VALADARES, Loreta. **As Faces do Feminismo**. Editora Anita Garibaldi.
- » SASSON, Jean P. **Princesa Sultana**. Editora Best Seller.
- » SASSON, Jean P. **As Filhas da Princesa**. Editora Best Seller, 2004.
- » MORAES, Jô. **Esta Imponderável Mulher**.
- » ESPANCA, Florbela. **Melhores Poemas**.
- » FILHO, Rubens Ewald (Org.). **Joana Fomm: Minha história é Viver**.
- » Esforce / CNTE. **Retratos da Escola. Dossiê: Formação de Professores, Impasses e Perspectivas**.
- » BRASIL. Saúde e Prevenção nas escolas: **Guia para a Formação de Profissionais de Saúde e Educação**. Brasília, Ministério da Saúde, 2008.
- » BRASIL. **Adolescentes: Pensando Juntos** - Manual do facilitador. Brasília, Ministério da Saúde, 2003.
- » BRASIL. **Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.
- » GANDRA, Fernanda Rodrigues. **O Dia-a-Dia do Professor: Adolescência: Atividade, Sexualidade e Drogas**. (vol. 1-5). Belo Horizonte, Editora FAPI, 2002.
- » BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. Fatos e mitos**. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>.
- » CASTRO, Ruy. **Carmen: uma biografia – A Vida de Carmen Miranda, a Brasileira mais Famosa do Século XX**. Companhia das Letras, 2005.
- » BADIA, Gilbert. **Clara Zetkin - Vida e Obra**. Disponível em: <http://www.expressaopopular.com.br/pdfs/clara.pdf>
- » SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Editora Fundação Perseu Abramo.
- » ARAÚJO, Clara; SACALON, Celi (org.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Editora FGV.
- » PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política – Uma Análise sobre Mulheres Parlamentares no Pós-Constituinte**. Informações: www.spmulheres.gov.br.
- » OLIVEIRA, Fátima. **Oficinas Mulher Negra e Saúde**. Manual Mazza Edições LTDA.
- » CAPPELLIN, Paola; DELGADO Didice G., SOARES, Vera Lúcia. (Org.) **Mulher e trabalho: Experiências de Ação Afirmativa**. Boitempo Editorial.
- » NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização no Mundo do Trabalho: Entre a Emancipação e a Precarização**. Autores Associados Editora.
- » JONAS, Eline. **Violências Esculpidas**. Editora UCG.

Publicações eletrônicas

- » **Mulher e Trabalho**. <http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/index.php?bole=04>
- » **Revista Estudos Feministas**. <http://www.cfh.ufsc.br/~ref/>
- » **Cadernos Pagú**. <http://www.pagu.unicamp.br/>
- » **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes**
http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf
- » **Revista Presença da Mulher e Revista Princípios**. <http://www.anitagaribaldi.com.br/loja/>
- » **Il Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. http://www.11conferenciadh.com.br/arquivos/deliberacoes/2plano_pol_mulheres.pdf



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Violência Contra a Mulher

- ▶ Em jornais, revistas e sites da internet existem muitas matérias sobre o assunto que podem servir de ilustração. Informar aos alunos e, principalmente, às alunas sobre a existência de vários órgãos de denúncia no Brasil e convidar alguma representante da delegacia da mulher ou entidades feministas para uma palestra.

Família Moderna

- ▶ Incentivar o diálogo dentro de sala sobre os novos modelos de família existentes. Apresentar as peculiaridades não como exceções à “família tradicional”, mas como diferentes maneiras de construir laços entre pessoas que se amam e qual a situação da mulher em cada uma delas. Trabalho em grupo para a turma: fazer entrevistas com mulheres das diferentes famílias e traga as histórias para a sala.

Mulheres na política

- ▶ A Argentina é o país mais bem colocado da América Latina no *ranking* que mede a participação das mulheres nos parlamentos do mundo (40% de presença no Congresso Nacional e 38,9% no Senado). Comparar em sala os dados do Brasil e de outros países. A proposta gera discussões acerca da importância do equilíbrio entre homens e mulheres no poder. Acesse: http://www.maismulheresnopoederbrasil.com.br/_estudos.html.

Comunicação

- ▶ Levar gravações de novelas, filmes ou seriados para a sala e discutir o tratamento que a mídia dá a negros, gays e mulheres.

Políticas públicas

- ▶ Aumentar o envolvimento da comunidade com os assuntos políticos. Professores e alunos podem ir a uma audiência da Câmara Legislativa da cidade ou à votação de algum projeto.

Sexualidade

- ▶ Identificar mitos, tabus, crendices e conhecimento sobre a sexualidade das mulheres e meninas. O professor deverá ler as frases e os participantes deverão se posicionar de acordo com sua opinião – se concorda ou se discorda – justificando a sua escolha. Ao final, esclarecer as dúvidas que surgirem.
- ▶ O tema é “homossexualidade” e os alunos devem fazer perguntas só sobre o assunto. Enquanto uma bola corre na mão dos estudantes, em busca de um dono que possa fazer o questionamento, as discussões esquentam. O professor pode fazer as perguntas caso o aluno não elabore uma. Assim, o educador contribui com mais esclarecimentos.

Sarau Cultural

- ▶ Valorizar a prática da declamação como processo pedagógico, evidenciar as possibilidades da poesia como forma de abordagem e sensibilização por questões consideradas relevantes para a comunidade e a sociedade. Promover um recital de poemas de autoras brasileiras e em seguida realizar uma oficina de poesia baseada na temática escolhida.

Essas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

FEVEREIRO

- 1 Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU, 1984).
- 24 Dia da conquista do voto feminino no Brasil (1932).

MARÇO

- 8 Dia Internacional da Mulher.
- 21 Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.

ABRIL

- 7 Dia Mundial da Saúde.
- 27 Dia das Trabalhadoras Domésticas.
- 31 Dia Nacional da Mulher.

MAIO

- 1 Dia do Trabalho.
- 7 Dia Mundial das Crianças Afetadas e Infectadas pelo HIV/AIDS.
- 13 Dia de Denúncia contra o Racismo.
- 18 Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e adolescentes.
- 28 Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher / Dia de Combate à Mortalidade Materna.
- 30 Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais.

JUNHO

- 4 Dia Internacional das meninas e meninos vítimas de agressão.
- 5 Dia Mundial do Meio Ambiente.
- 15 Dia Mundial Contra a Violência em Relação à Pessoa Idosa.
- 21 Dia de Luta por uma Educação não-sexista e sem discriminação.
- 24 Fundado o Jornal Movimento Feminino, 1947.
- 28 Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico.

JULHO

- 25 Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha.

AGOSTO

- 7 Sanção da Lei nº 11.340/06 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- 9 Dia Internacional dos Povos Indígenas/ 9 Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922.
- 12 Dia de Luta contra a Violência no Campo - Marcha das Margaridas / Publicado o manifesto dos conjurados baianos da Revolta dos Alfaiates, exigindo abolição, independência e liberdade (1978).
- 19 Dia Nacional do Orgulho Lésbico.
- 29 Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil.

SETEMBRO

- 6 Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher.
- 7 Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres.
- 23 Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.
- 28 Dia Latino-americano de Discriminização do Aborto/ Dia da Mãe Preta (Homenagem à Lei do Ventre Livre).
- 29 Aprovação da lei 9.100/95 que garante cotas para mulheres na política.

OUTUBRO

- 1 Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna.
- 10 Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.
- 12 Dia Internacional da Mulher Indígena/ Dia Nacional de Luta por Creches.
- 15 Dia do(a) Professor(a)/ Dia Mundial da Mulher Rural.
- 25 Dia Internacional contra a Exploração da Mulher.
- 28 Dia do(a) servidor(a) público(a).

NOVEMBRO

- 3 Instituição do Direito e Voto da Mulher (1930).
- 18 Dia Nacional de Combate ao Racismo.
- 20 Dia Nacional da Consciência Negra.
- 25 Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher.

DEZEMBRO

- 1 Dia Mundial de Luta contra a AIDS.
- 10 Dia Mundial dos Direitos Humanos.
- 18 Adoção da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979).

**DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2008/2011**

PRESIDENTE – Roberto Franklin de Leão (SP)
Vice-Presidente – Milton Canuto de Almeida (AL)
Secretário Geral – Denílson Bento da Costa (DF)
Secretária de Finanças - Juçara Maria Dutra Vieira (RS)
Secretária de Relações Internacionais - Fátima Aparecida da Silva (MS)
Secretário de Assuntos Educacionais - Heleno Araújo Filho (PE)
Secretário de Formação - Gilmar Soares Ferreira (MT)
Secretária de Assuntos Municipais - Marta Vanelli (SC)
Secretária de Organização - Maria Inez Camargos (MG)
Secretária de Políticas Sociais - Rosana Sousa do Nascimento (AC)
Secretária de Imprensa e Divulgação - Antonia Joana da Silva (MS)
Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos - Rejane Silva de Oliveira (RS)
Secretária de Relações de Gênero - Raquel Felau Guisoni (SP)
Secretário de Política Sindical - Rui Oliveira (BA)
Secretário de Saúde - Alex Santos Saratt (RS)
Secretário de Direitos Humanos - Marco Antonio Soares (SP)
Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários - Maria Madalena A. Alcântara (ES)
José Geraldo Correa Jr. (SP)

SECRETÁRIOS (AS) ADJUNTOS (AS)

Secretário Adjunto de Assuntos Educacionais - Joel de Almeida Santos (SE)
Secretária Adjunta de Assuntos Educacionais - Maria Antonieta da Trindade (PE)
Secretário Adjunto de Política Sindical - José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)
Secretário Adjunto de Política Sindical - José Valdivino de Moraes (PR)

SUPLENTES À DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE

Janeayre Almeida de Souto (RN)
Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)
Odisséia Pinto de Carvalho (RJ)
Cleber Ribeiro Soares (DF)
Isis Tavares Neves (AM)
Silvinia Pereira de Souza Pires (TO)
Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA CNTE - TITULARES

Odair José Neves Santos (MA)
Mario Sergio F. De Souza (PR)
Miguel Salustiano de Lima (RN)
Guilhermina Luzia da Rocha (RJ)
Ana Íris Arrais Rolim (RO)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA CNTE - SUPLENTES

Rosália Maria Fernandes da Silva (RN)
Selene Barbosa Michelin Rodrigues (RS)
Marco Túlio Paolino (RJ)

CNTE » SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106 » Brasília/DF » CEP: **70393-900**
Tel.: (61) **3225.1003** » Fax: **3225.2685** » cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

Coordenação da Revista Mátria: Raquel Felau Guisoni » Secretária de Relações de Gênero da CNTE

Projeto Gráfico, Redação e Edição: Frisson Comunicação

Direção Executiva: Ana Paula Messeder

Jornalista Responsável: Katia Maia » Mtb: DF 1708 JP

Revisão e Copidesque: Eliane Faccion

Reportagem: João Paulo Rabelo, Kátia Maia, Leandra Felipe, Leila Santos e Marcionila Teixeira

Fotografia: André Oliveira, Osmário Marques, Renato Alves, Arquivo Mátria

Produção: João Paulo Rabelo

Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez

Colaboradora: Maira Safatle

Impressão: Charbel Gráfica e Editora

Tiragem: 20 mil exemplares



GUETOS, CORPOS E ESSÊNCIA

*Cansa-me o fato de bordejar em mares bravios
E cais vazios.
Desanima-me escalar morros violentos
E muros cinzentos.
Entristece-me a solidão das calçadas
E o pão ganho aviltado.
Permaneço encarcerada em guetos invisíveis
Onde prossigo sem atingir meu destino.
Tenho lucidez, porém traçaram-me um viés.
Sou sagaz, com cor definida, porém tornam-me transparente.
Para não ser intransigente.
Pertencço a uma etnia conhecida, porém me rotulam.
Para sentir-me exoticamente excluída
Querem além de meu corpo, minha alma.
No entanto prossigo para alcançar meu destino.
Tenho voz e quero ser ouvida,
Anseio enxergar a continuidade do caminho.
Pretendo que a luta secular não impeça,
A liberação da minha natureza.
E que a projeção de minha essência produza transformações
Aniquilando elos, muralhas, abismos e preconceitos.*

NORMA ESTHER NEGRETE CALPIÑEIRO

*Médica ginecologista-obstetra, mestra em ciências ambientais e saúde, pós-graduada em saúde pública.
Médica na saúde da família em Goiânia. Feminista.*



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



Filiada à
CUT
BRASIL



Internacional
da Educação



CEA